

A N E X O I

Alteração do Anexo I - Tabela – 2.2.2. Expectativa de Arrecadação Tributária (2012-2015) e Anexo II – 4. Programas Temáticos, Objetivos Específicos e Ações

2.2.2. EXPECTATIVA DE ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA (2012-2015)

Pelas razões expostas, a estimativa de arrecadação para o período é detalhada na tabela a seguir:

ESPECIFICAÇÃO	PROJEÇÃO 2012	PROJEÇÃO 2013	PROJEÇÃO 2014	PROJEÇÃO 2015
RECEITAS CORRENTES	15.993.886.096	17.891.895.397	19.271.794.407	20.680.708.475
RECEITA TRIBUTÁRIA	10.297.608.892	11.673.956.816	12.474.425.706	13.260.651.406
IMPOSTOS	10.155.593.327	11.525.416.600	12.319.483.156	13.091.401.700
TAXAS	142.015.565	148.540.216	154.942.550	169.249.706
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.449.909.268	1.586.441.857	1.736.660.482	1.897.021.036
RECEITA PATRIMONIAL	239.269.084	261.813.027	286.618.156	313.084.035
RECEITA AGROPECUÁRIA	13.147	14.385	15.748	17.203
RECEITA INDUSTRIAL	2.962.332	3.241.443	3.548.549	3.876.217
RECEITA DE SERVIÇOS	416.778.010	455.721.202	498.535.491	544.569.490
TRANSFERENCIAS CORRENTES	2.832.233.292	3.078.217.329	3.357.120.150	3.662.141.264
PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	494.773.090	519.718.025	545.403.592	595.765.320
OUTRAS TRANSFERENCIAS	2.337.460.202	2.558.499.304	2.811.716.558	3.066.375.944
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	755.112.071	832.489.338	914.870.125	999.347.824
RECEITAS DE CAPITAL	1.441.166.738	1.414.596.149	1.564.395.474	1.778.311.858
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	692.347.213	596.015.777	677.473.184	809.492.530
ALIENAÇÃO DE BENS	8.416.033	8.416.033	0	0
AMORTIZAÇÕES	15.915.542	17.415.105	19.065.076	20.825.516
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	724.487.950	792.749.234	867.857.214	947.993.812
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0	0	0	0
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	177.814.696	194.568.404	213.002.531	232.670.857
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	536.826	587.406	643.059	702.438
(-) DEDUÇÕES "Restituições, Fundos..."	-1.342.827.079	-1.470.440.198	-1.620.852.195	-1.765.549.000
TOTAL somente do GDF	16.270.577.277	18.031.207.158	19.428.983.276	20.926.844.628
FCDF - ESTIMATIVA LOA UNIÃO	10.048.841.621	11.355.191.032	12.831.365.866	14.499.443.428
Orç. Investimento das Estatais	1.869.456.220	1.351.806.403	1.108.511.362	1.191.761.557
Total Geral	28.188.875.118	30.738.204.593	33.368.860.504	36.618.049.613
Deduções				
Amortização da Dívida Pública	199.894.433	209.120.691	246.252.510	326.710.619
Juros e Encargos da Dívida Pública	228.363.297	306.189.005	368.841.771	227.973.160
Despesas com inativos do GDF	1.186.411.222	1.303.168.323	1.417.835.407	1.537.177.449
Despesas com inativos do FCDF	1.378.197.633	1.557.363.325	1.759.820.558	1.988.597.230
Programa para operações especiais	497.856.945	549.206.000	597.531.185	647.826.580
Total das Deduções	2.992.866.585	3.375.841.344	3.792.750.246	4.080.458.458
Total de Receitas Previstas para PPA 2012-2015	25.196.008.533	27.362.363.249	29.576.110.258	32.537.591.155
Obs: Fundo Constitucional do DF e Orçamento de Investimento das Estatais constam como outras fontes.				

4. Programas Temáticos, Objetivos Específicos e Ações

PROGRAMA TÉMATICO:

0150 – PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL

OBJETIVO GERAL:

Assegurar a qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal e região metropolitana de Brasília, promovendo a melhoria das condições de vida da população e a gestão sustentável do território.

Contextualização

Substituição total da Contextualização

A missão institucional do Programa Brasília Sustentável, traduzida no corpo das estratégias e ações, prioriza benefícios estruturantes e duradouros, direcionados para tornar compatível o crescimento da economia regional com as necessidades de redução da pobreza e de conservação ambiental.

Os fatores ambientais do meio físico do Distrito Federal são de suma relevância quando associados à implementação de projetos de expansão urbana, assentamento populacional e obras de infraestrutura. Pelas condições do relevo do planalto e pelas feições geológicas, os recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, se caracterizam por mananciais de elevada sensibilidade ambiental, e solo muito susceptível aos processos erosivos.

Não obstante tais condições, Brasília tem experimentado intenso fluxo migratório e consequente processo desordenado de urbanização e descaracterização do ambiente natural.

A ocupação de áreas impróprias ao uso urbano, bem como a ocupação de vales e de proximidades de mananciais, sem capacitação de depuração de efluentes, além de práticas de manejo inadequadas nas áreas rurais, são fatores que colocam em risco a preservação dos recursos ambientais e implicam em custo social elevado para toda a população do DF.

O principal ponto de sustentação do Programa Brasília Sustentável reside no conceito de saneamento ambiental, vinculado à capacidade e à vontade política de se criar espaços, condições e ambientes coletivos nos diversos segmentos sociais presentes na região-alvo (Vila Estrutural).

O Programa, conforme definido em sua linha de atuação, objetiva implementar ações de impacto indireto sobre a qualidade de vida da população alvo, mediante intervenções no esgotamento sanitário. Visa-se, com isso, além da proteção ambiental dos recursos hídricos, a realização de projetos integrados de urbanização e promoção social.

O Brasília Sustentável foi concebido para ser viabilizado com o apoio de financiamento com o Banco Mundial (Contrato de Empréstimo nº 7326/BR) e com recursos de contrapartida nacional. Caracteriza-se como investimento do Governo do Distrito Federal no desenvolvimento de um projeto que envolve um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resultam produtos que concorrem para a expansão e aperfeiçoamento da ação do Governo.

O Contrato de empréstimo foi celebrado com o Banco Mundial – BIRD, em 23/fevereiro/2006. Preparado com a participação do Banco Mundial e negociado e avalizado pelo Governo Federal, o programa é considerado adequado para solucionar os problemas das populações das cidades da Vila Estrutural, Vicente Pires e, indiretamente, de 66% da população do DF que é abastecida pelo reservatório do Descoberto.

Está estruturado em quatro componentes: (1) políticas de desenvolvimento institucional; (2) inclusão social e proteção ambiental; (3) proteção dos recursos hídricos e, (4) gerenciamento do Programa.

Para o desenvolvimento das ações organizadas nos componentes, os quais estão divididos em projetos e atividades, as mesmas são operacionalizadas de forma descentralizada, segundo o arranjo institucional do Programa.

A coordenação direta do Programa é de competência da ADASA e sua implementação envolve a responsabilidade de instituições públicas denominadas coexecutoras, com atribuições e competências definidas e pactuadas com o BIRD.

Com as instituições coexecutoras (SEAPA, SLU, SO/NOVACAP, SEDEST, IBRAM-DF) foram firmados Convênios e com a CAESB, um Contrato, contemplando as atividades e subatividades a serem desempenhadas pela entidade.

O orçamento do Programa é de US\$ 117,1 milhões, dos quais US\$ 57,6 milhões (49,2%) são financiados pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. Os 50,8% restantes são provenientes de fontes do Governo do Distrito Federal. Até a presente data foram desembolsados recursos do financiamento do BIRD ao Programa Brasília Sustentável no total de R\$ 70.679.351,26, equivalentes a 66,24% do valor do Contrato de Empréstimo.

Em correspondência expedida em 31 de março de 2010, o Banco Mundial concordou com a prorrogação da data de encerramento do Programa até o dia 31 de dezembro de 2011. Como consequência a *Closing data* ficou fixada para o final de junho de 2012. No mencionado Expediente ficou acordado que o BIRD não iria cobrir o custo de qualquer atividade após a data de 31/12/2011, e condicionado que seria de responsabilidade do GDF todos os pagamentos de bens, obras ou serviços elegíveis que fossem realizados após aquela data, o que foi acatado por parte do GDF no Ofício nº 108/2011-GAG.

Assim, o GDF incluiu na LOA/2012 os respectivos recursos de contrapartida necessários para a conclusão das atividades até 31/12/2012, e o acompanhamento de tais atividades, listadas no expediente BIRD, datado de 04 de janeiro de 2012, passou a ser o foco das ações da Unidade de Gerenciamento do Programa me 2012.

Dessa forma, torna-se necessária a incorporação no PPA das atividades que irão encerrar-se até 30/12/2012, as quais são objeto deste documento.

A tabela a seguir ilustra a performance dos indicadores da Meta do ISA-F, até dezembro de 2011.

Cesto do Indicador Sócio Ambiental para Favelas (ISA-F)

Nº.	PARÂMETRO	META FÍSICA				
		2008	2009	2010	2011	2012
		REALIZADO	REALIZADO	REALIZADO	EM REALIZAÇÃO	PREVISTO
1	cobertura do abastecimento de água	93%	94%	98%	98%	100%
2	implantação do sistema de esgotamento sanitário	33%	79%	98%	98%	100%
3	sistema de coleta e destinação final de resíduos sólidos, incluindo reciclagem	80%	100%	100%	100%	100%
4	sistema de drenagem pluvial	10%	54%	98%	100%	100%
5	pavimentação de ruas	38%	51,5%	98,0%	100%	100%
6	estabilidades geológica e geotécnica	7,9%	13,2%	21,2%	70%	100%
7	densidade populacional	0%	0%	60%	70%	100%
8	fornecimento de energia elétrica	79%	93%	100%	100%	100%
9	regularização da terra (situação fundiária)	0%	0%	11%	70%	100%
10	serviços da limpeza urbana	80%	80%	80%	100%	100%
11	iluminação pública	80%	95%	100%	100%	100%
12	áreas de lazer para o uso da comunidade	47%	58,3%	66,6%	85%	100%
13	indicador da renda	0%	0%	50%	70%	100%
14	acesso à educação e nível de instrução	0%	0%	75%	85%	100%
Resultado Acumulado Equivalente		39%	51%	75%	89%	100%

OBJETIVO ESPECÍFICO:

0001 - Assegurar a qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal e região metropolitana de Brasília, promovendo a melhoria das condições de vida da população e a gestão sustentável do território.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

21.206 – AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUA, ENERGIA E SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - ADASA

Caracterização**Substituição total da Caracterização, das Metas 2012-2015, Indicadores e Ações Orçamentárias**

Este programa, dotado de forte cunho social e ambiental, foi concebido basicamente para:

1. Preservar a qualidade das águas superficiais do Distrito Federal, notadamente a do lago do Descoberto, que abastece mais de 60% de toda a população do Distrito Federal, uma vez que essa qualidade vem sendo comprometida pelo rápido adensamento populacional.

2. Melhorar a qualidade de vida da população de baixa renda da Vila Estrutural, que atualmente sobrevive em ambiente insalubre, próxima ao lixão e sem urbanização adequada, promovendo a sua inclusão social.

3. Melhorar as condições de trabalho, sobrevivência e dignidade humana dos catadores de lixo que atualmente se utilizam do lixão da Vila Estrutural.

4. Solucionar adequadamente a destinação final do lixo urbano do Distrito Federal, encerrando as atividades do lixão da Estrutural e implantando um aterro sanitário adequado às modernas técnicas de engenharia.

O primeiro período de gestão esteve a cargo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SEDUMA que, como entidade executora, tinha a competência de definir as linhas gerais de política e diretrizes gerais orientadoras para a execução do Programa, nos termos do Decreto nº 27.833, de 02 de abril de 2007.

A partir de 01/08/2010, por intermédio do Decreto nº 31.419, de 15/03/2010, alterado pelos Decretos nºs 31.517, de 05/04/2010 e 31.710, de 25/05/2010, a Coordenação Geral e a execução do Programa Brasília Sustentável passou a ser exercida pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal – ADASA.

Principais ações implementadas na categoria implantação de obras:

- Drenagem e pavimentação da via do contorno da Vila Estrutural;
- Drenagem e pavimentação das vias internas da Vila Estrutural;
- Estações Elevatórias de Esgoto da Vila Estrutural;
- Esgotamento Sanitário da Vila Estrutural;
- Construção do Centro Comunitário;
- Construção de duas unidades de CRAS;
- Encerramento e recuperação do Aterro do Jóquei; e
- Construção Centro de Triagem da Vila Estrutural.

Principais ações implementadas na categoria aquisição de bens e contratação de consultorias:

- Sistema de Informação: base de dados georreferenciados sobre projetos urbanísticos;
- Elaboração do projeto integrado de caráter urbano e socioambiental para a regularização fundiária da Cidade de São Sebastião;
- Zoneamento Ecológico-Econômico –ZEE/DF (em execução);
- Aperfeiçoamento dos procedimentos de licenciamento ambiental IBRAM (em execução);
- Rezoneamento da APA de São Bartolomeu (em licitação);
- Sistema de remoção de macrófitas do Lago Paranoá (fase inicial); e
- Suporte técnico à gestão dos resíduos sólidos do SLU (a nível de TR).

Metas 2012-2015:

1. Elaborar o Plano de Manejo para APA do São Bartolomeu;
2. Elaborar o Projeto Executivo do novo aterro sanitário do DF;
3. Avaliar os indicadores do Programa para a Vila Estrutural e Monjolo;
4. Realizar pequenos reparos nas casas do Núcleo Monjolo;
5. Aperfeiçoar a sistematização dos procedimentos relativos à gestão ambiental do IBRAM;
6. Construir 01 Centro de Triagem de Resíduos Sólidos na Vila Estrutural.

Indicadores:

Denominação do indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em MM/A.A.	Periodicidade de Apuração	Desejado Em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Indicador Sócio Ambiental Para Favelas (ISA-F)	%	75%	Dez/2011	Anual	100	-	-	-	PAD/BIRD/ADASA

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Ações Orçamentárias:

- 1247 – Implantação do Projeto de Urbanização da Vila Estrutural – “Brasília Sustentável”;
- 1260 – Implantação dos sistemas de planejamento e gestão territorial e urbana do Programa “Brasília Sustentável”;
- 1263 – Implantação do projeto de saneamento ambiental – Brasília Sustentável;
- 1294 – Implantação do projeto de inclusão social – Brasília Sustentável;
- 1565 – Implantação do projeto de reforço institucional – “Brasília Sustentável”;
- 1573 – Implantação da unidade de gerenciamento do programa “Brasília Sustentável”.

Acréscimo do Objetivo Específico e Atributos abaixo**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

0002- Contribuir para assegurar a qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal, especialmente das bacias do Paranoá e do Descoberto, melhorando as condições socioambientais e econômicas da população do Condomínio Pôr-do Sol e parcialmente da Cidade Estrutural.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

21.206 – AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUA, ENERGIA E SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - ADASA

Caracterização

Apesar do relativo sucesso do Programa Brasília Sustentável I e dos esforços envidados para cumprimento integral das metas estabelecidas, não foi possível a plena realização das obras e ações programadas, em decorrência de problemas de mudança na cúpula do Governo do Distrito Federal e em sua estrutura, com prejuízos diretos para a coordenação do Programa e consequente tomada de decisões essenciais para o bom êxito. São exemplos de ações não concluídas: i) encerramento das atividades e fechamento do Lixão do Jóquei; ii) construção do centro de triagem para catadores do Lixão do Jóquei; iii) construção de uma escola de ensino infantil; iv) construção de 50 unidades habitacionais para saldar déficit do Plano de Reassentamento Involuntário.

No caso do encerramento e remediação do Lixão do Jóquei a condição essencial era a implantação da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos do Distrito Federal – CTRS/DF (novo aterro sanitário) cujo processo licitatório chegou a fixar data para recebimento de propostas, mas que não conseguiu ser concluído pela mudança de governo no Distrito Federal.

Da mesma forma, não foi possível a construção do Centro de Triagem destinado aos catadores do Lixão do Jóquei, ainda que concluído o processo licitatório, e que era condição fundamental para o apoio àquele grupo na sua capacitação para novas atividades profissionais.

Devido à necessidade de solucionar os problemas acima elencados e ampliar o alcance das ações do Programa, o Governo do Distrito Federal planejou estruturar um novo programa denominado Brasília Sustentável II.

Assim, o novo programa inclui obras e atividades anteriormente previstas no Programa Brasília Sustentável I visando dar consequência a ações fundamentais implementadas e que são da maior importância para aproveitamento dos benefícios dos investimentos realizados, evitando-se, a solução de continuidade e perdas irreparáveis. Inclui, também, ações relacionadas ao Projeto Integrado da ARIS “Pôr-do-Sol”, localizada na periferia da Ceilândia.

A prioridade do Programa Brasília Sustentável II para o Governo do Distrito Federal está diretamente vinculada à importância e urgência da questão de recursos hídricos para a população em geral e ao atendimento das disposições legais estabelecidas pela Lei 12.305/2010, de 02 de agosto de 2010, que instituiu o Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

O Programa tem como área de atuação o Distrito Federal e seu entorno, constituído pela RIDE - Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno, com base no entendimento de que as soluções para preservação da qualidade de vida no Distrito Federal, bem como de uma real promoção de seu desenvolvimento sustentável, passa necessariamente pelo enfrentamento de sua interdependência com a região do entorno.

Sua implementação contemplará ações em três áreas distintas: i. obras de urbanização e saneamento básico no Condomínio Pôr-do-Sol; ii. Implantação do aterro sanitário em Samambaia; e iii. fechamento e recuperação da área do lixão do jóquei, implantação do parque urbano, e ações de urbanização complementar na Cidade Estrutural.

Parte das ações previstas busca dar continuidade e consequência, face ao novo cenário administrativo e legal, a projetos do “Programa Brasília Sustentável I”. É o caso de atividades como o fechamento e recuperação do Lixão do Jóquei; da implantação do Aterro Sanitário; da efetivação e aperfeiçoamento das ações de coleta seletiva; do apoio aos catadores do Lixão do Jóquei, e do atendimento às recomendações do Plano de Manejo das Áreas de Proteção da Cidade Estrutural.

No caso do Condomínio Pôr-do-Sol, as principais razões que o elegeram como prioridade para receber as intervenções do Programa Brasília Sustentável II foram as seguintes:

- Nos estudos de avaliação ambiental, a área do Condomínio Pôr-do-Sol é considerada de fragilidade ambiental, seja porque o processo de ocupação desordenado compromete a qualidade dos recursos hídricos; seja pela presença de nascentes e linhas de ruptura acentuadas, sensíveis aos processos erosivos. O condomínio encontra-se na Área de Relevante Interesse Ambiental - Parque JK e integra um conjunto urbanístico cuja drenagem natural que desaguam no rio Melchior, tributário do rio Descoberto;

- O quadro de fragilidade ambiental se agrava com a ocupação desordenada, à revelia do poder público, sem a devida implantação do sistema de drenagem pluvial e do necessário sistema de esgotamento sanitário;

- Parte da ocupação urbana encontra-se em áreas de risco geotécnico, em áreas de preservação permanente, e em áreas definidas como de uso público, com vistas a readequar a malha viária interna ou em áreas de frente de obras para implantação da infraestrutura urbana. Diante disso é necessária a implantação de um Plano de Reassentamento Involuntário, com imediata ação governamental;

- A maioria das quadras é formada por habitações subnormais, ou seja, erguidas sem as condições construtivas e sanitárias adequadas;

- Ha necessidade de resolver o problema de captação das águas pluviais evitando, dentre outros, o risco de contaminação dos aquíferos próximos e de estruturar a malha viária interna ao núcleo

urbano e realizar sua articulação com o sistema viário do entorno, de forma a facilitar a acessibilidade ao condomínio e a sua integração ao espaço urbano de Ceilândia;

- O Plano Diretor de Ordenamento Territorial, PDOT/2009, considera o Pôr-do-Sol em Área de Regularização de Interesse Social – ARIS, destinando a mesma para a regularização fundiária de assentamentos informais ocupados, predominantemente, por população de baixa renda e prioridade na regularização fundiária promovida pelo Poder Público.

As intervenções previstas na área do Condomínio Pôr-do-Sol como drenagem pluvial, pavimentação e esgotamento sanitário, se justificam pela influência direta na bacia de contribuição do Rio Descoberto, uma das principais fontes de abastecimento d'água do Distrito Federal.

Estratégia da Operação

O Programa Brasília Sustentável foi estruturado de forma a atuar preventivamente no saneamento básico e tratamento de resíduos sólidos de forma a diminuir os impactos ambientais nas bacias dos rios Descoberto e Paranoá.

A estratégia operacional a ser utilizada pelo Programa para atingir os objetivos propostos contempla 4 ações: (i) a construção do aterro sanitário, projetado para o DF (Central de Tratamento de Resíduos Sólidos do Distrito Federal – CTRS/DF), em Samambaia, que além de garantir solução adequada para destinação final dos resíduos urbanos de coleta domiciliar a médio e longo prazo, caracteriza-se como condição “sine qua non” para que se viabilizem as ações de encerramento e recuperação do Lixão do Jóquei; (ii) o fechamento do lixão do jóquei, situado na Cidade Estrutural, que opera atualmente em condições precárias (com ocorrência de exsudações de chorume e interface do mesmo com os solos de fundação; fuga de biogás; e ausência de sistemas de drenagem de águas pluviais) e implementação de um plano de manutenção, capaz de proporcionar sua remediação; (iii) a urbanização e regularização do Condomínio Pôr-do-Sol, e a consequente relocação das famílias situadas em áreas ambientalmente frágeis (APP's, solo hidromórfico e áreas geologicamente instáveis) e em áreas insalubres pela existência de aterros clandestinos de lixo; e (iv) reassentamento involuntário de famílias da Cidade Estrutural, localizadas em frente de obras de urbanização ou áreas de APP.

As ações propostas resultarão em impactos positivos diretos das condições socioambientais e econômicas da população do Condomínio Pôr-do-Sol e da Cidade Estrutural, bem como na qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal, especialmente das bacias do Paranoá e do Descoberto.

Além da população localizada nas comunidades das áreas de intervenção do Programa, toda a população do Distrito Federal também receberá os benefícios decorrentes das ações a serem implantadas, principalmente os relacionados com a nova operacionalização do lixo no DF e a melhoria da qualidade dos recursos hídricos das bacias do Rio Descoberto e do Lago Paranoá.

Aspectos do Arranjo Institucional

A implantação do Brasília Sustentável II será feita pela ADASA, por delegação do Governo do Distrito Federal, constituindo-se em instância superior de articulação institucional e de relacionamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

A execução financeira do Programa será conduzida de forma centralizada na ADASA que contará com uma UGP para coordenar os processos licitatórios e monitorar a execução física e financeira das ações programadas. O convênio e o contrato são os instrumentos legais a serem utilizados pela UGP/ADASA para reger as ações e compromissos das entidades coexecutoras do Programa, assim como para disciplinar o repasse e o uso dos recursos financeiros.

Em princípio não se pretende repassar recursos financeiros a outras esferas do Governo, à exceção da CAESB, em razão de sua natureza jurídica. Neste caso, os mesmos serão repassados mediante contrato, disciplinados no respectivo Plano de Trabalho. Ademais, Não estão previstos no Programa repasses de recursos a fundo perdido nem subempréstimos.

A atuação da ADASA se dá em estrita observância às diretrizes de políticas públicas emanadas do Governo do Distrito Federal. As atividades que exerce em suas áreas de competência operacional lhe

proporcionam adequado grau de competência institucional e de articulação junto aos coexecutores do Programa

O Programa Brasília Sustentável II foi inserido no Plano Plurianual do Distrito Federal (Lei nº 4.742 de 29/12/2011). A implementação e consolidação das ações do Programa ocorrerão a partir da aprovação do financiamento e seu orçamento, a ser executado no período de 5 anos.

Metas 2012-2015:

1. Implementar ações de Urbanização (obras de infraestrutura urbana) em pelo menos 80% da área do Condomínio Pôr-do-Sol e complementar as da Vila Estrutural;
2. Implantar a Unidade de Gerenciamento do Programa Brasília Sustentável II (UGP/ADASA);
3. Implantar o Novo Aterro Sanitário do DF;
4. Encerrar as atividades do Aterro do Jóquei e realizar a recuperação ambiental da área;
5. Implementar ações de reforço institucional junto às Entidades coo executoras envolvidas na execução do Programa;
6. Criação do Parque Urbano da Vila Estrutural;
7. Construção de no mínimo 03 Centros de Triagem de Resíduos Sólidos;
8. Construção de no mínimo 250 unidades habitacionais no Condomínio Pôr-do-Sol para reassentamento de famílias localizadas, atualmente, em áreas de risco ou frente de obras.

Indicadores:

Denominação do indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em MM/A.A.	Periodicidade de Apuração	Desejado Em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Indicador Sócio Ambiental Para Favelas (ISA-F)	%	-	-	Anual	-	30	50	75	Carta Consulta/ADASA
Fechamento do Aterro do Jóquei	Unidade	-	-	Anual	-	100	-	-	Carta Consulta/ADASA
Abertura do Aterro Sanitário	Unidade	-	-	Anual	-	100	-	-	Carta Consulta/ADASA

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:**Ações Orçamentárias:**

- 1680 – Implantação do Projeto de Urbanização da Vila Estrutural;
- 3052 – Implantação do projeto de urbanização – “ Programa Brasília Sustentável II”;
- 5076 – Implantação do projeto de saneamento ambiental – “Programa Brasília Sustentável II”;
- 5098 – Implantação do projeto de reforço institucional – “Programa Brasília Sustentável II”;
- 5119 – Implantação da unidade de gerenciamento “Programa Brasília Sustentável.

PROGRAMA TÉMATICO:**6202 – APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE****OBJETIVO ESPECÍFICO:**

001 – Atenção Primária em Saúde – Implementar a atenção primária em saúde no DF com ênfase na expansão e qualificação da Estratégia de Saúde da Família, garantindo a universalidade do acesso aos serviços de saúde e a equidade no atendimento das necessidades da população com vista à promoção da saúde e a melhoria da qualidade de vida.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA RESPONSÁVEL:**23.901 – FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - FSDF****Metas 2012-2015:****Inclusão de Metas**

— Ampliar a oferta de práticas integrativas em saúde PIS para 80% das unidades básicas de saúde e equipes das ESF.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 – Assistência Especializada em Saúde - Proporcionar assistência especializada organizando fluxos e adequando a rede com a finalidade de promover o acesso integral aos serviços hospitalares e ambulatoriais no âmbito do Distrito Federal.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA RESPONSÁVEL:**23.901 – FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - FSDF****Metas 2012-2015:****Inclusão de Metas**

— Ampliar o número de leitos de UTI neo(20), UCIN (79) e leitos canguru (49).

OBJETIVO ESPECÍFICO:

003 – Vigilância em Saúde – Atuar nos fatores desencadeantes, determinantes e condicionantes de doenças e agravos, com a finalidade de conhecer, detectar, prevenir, controlar, reduzir e eliminar riscos e danos à saúde individual ou coletiva, bem como acidentes e agravos relacionados ao trabalho.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA RESPONSÁVEL:**23.901 – FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - FSDF****Metas 2012-2015:****Substituição total das Metas**

1. Vacinar 80% da população canina e felina na campanha anual de vacinação antirrábica e nos postos fixos de rotina;
2. Alcançar 80% de imóveis visitados 4 vezes/ano no DF para eliminação de criadouros de *Aedes aegypti* em relação ao número de imóveis existentes no DF;
3. Realizar 87,5% de coletas para análise da qualidade da água para consumo humano, em imóveis cadastrados no SAC (Sistema de Abastecimento Coletivo) e no SAA (Sistema de Abastecimento Alternativo), referente aos parâmetros microbiológicos, até 2015, com aumento de 2,5 pontos percentuais a cada ano;

4. Encerrar oportunamente 85% dos casos de Doenças de Notificação Compulsória – DNC até 2015;
5. Vacinar 95% das crianças menores de um ano com a vacina tetravalente/pentavalente de rotina do Calendário Básico de Vacinação;
6. Implantar em 80% das Regionais de Saúde o Plano de Promoção de Saúde/PPS até 2015;
7. Realizar, no próprio LACEN, exames em 100% das amostras biológicas encaminhadas ao LACEN;
8. Realizar ensaios laboratoriais em 100% das amostras pactuadas com as diretorias de vigilância sanitária e ambiental do Distrito Federal;
9. Aumentar, em pelo menos 20% no quadriênio, sendo 5% ao ano, o número de emissão de Licença Sanitária para estabelecimentos de interesse da vigilância sanitária, considerando o valor inicial de 6.324 estabelecimentos licenciados em 2011;
10. Aumentar, em pelo menos 20 % no quadriênio, sendo 5% ao ano, o número de notificações de agravos relacionados à saúde do trabalhador, considerando o valor inicial de 1.562 notificações em 2011;
11. Compor as equipes de vigilância à saúde até 2015, baseado no levantamento de necessidades de pessoal e análise de competências pessoais e organizacionais;
12. Implantar, pelo menos, um novo sistema de informação a cada ano, no âmbito da Subsecretaria de Vigilância à Saúde, até 2015;
13. Implantar ações integradas de prevenção e controle da dengue em 50% das equipes de Estratégia de Saúde da Família e de Agentes Comunitários da Saúde existentes, até 2015;
14. Realizar pelo menos, 05 Semanas Anuais de Prevenção da Dengue, de setembro de cada exercício a maio do ano subsequente;
15. Alcançar 85% de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera curados nos anos das coortes;
16. Alcançar 88% de casos novos de hanseníase diagnosticados curados nos anos das coortes, até 2015;
17. Manter 95% de registros de óbitos com causa básica definida;
18. Manter em 2,6/100.000 habitantes a incidência de AIDS em menores de cinco anos;
19. Reduzir em 10% o número absoluto de óbitos por dengue em relação ao ano anterior;
20. Garantir 1 agente para cada 1000 imóveis nas atividades de visitas domiciliares para a prevenção e controle da dengue;
21. Realizar pelo menos três Levantamentos Rápidos de Índice para *Aedes aegypti* (LIRAA) ao ano, nos meses de janeiro, março e outubro, respectivamente;
22. Notificar, em até sete dias, casos suspeitos de dengue grave no Sinan;
23. Encerrar pelo menos 95% dos casos graves de dengue em até 60 dias após a notificação no Sinan;
24. Notificar, em até 24 horas, óbitos suspeitos de dengue;
25. Investigar, em até sete dias, óbitos suspeitos de dengue, com equipe composta pela vigilância e assistência;
26. Implantar remuneração variável para os agentes que executam ações de combate ao vetor da dengue, de acordo com indicadores de produtividade e resultados;
27. Cadastrar anualmente 100 aparelhos emissores de radiação ionizante em uso no Distrito Federal.

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Exclusão de Ações Orçamentárias

- 2256 – (EP) Implantação de ações de enfrentamento ao crack e outras drogas.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

005 – Gestão e Planejamento do SUS - Aprimorar os processos de planejamento, gestão, qualificação e formação de profissionais de saúde e do controle social no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde e promover a transferência gradual de autonomia administrativa, financeira e responsabilização sobre os serviços especializados prestados nas Regionais de Saúde e Unidades de Referência com a integração de ações e serviços finalísticos, de maneira a imprimir qualidade e eficiência crescentes à atenção à saúde especializada no Distrito Federal.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA RESPONSÁVEL

23.901 – FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - FSDF

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:**Inclusão de Ações Orçamentárias**

- 2557 – (EP) Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

006 – Urgência e Emergência – Expandir e qualificar a rede de urgência e emergências, com o apoio a implantação e manifestação das unidades de pronto atendimento (UPAS), das salas de estabilização (SE) e do serviço de atendimento móvel de urgência (SAMU 192)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA RESPONSÁVEL:

23.901 – FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - FSDF

Metas 2012-2015:**Exclusão de Metas**

- Ampliar o número de Unidades de Pronto Atendimento alcançando 14 em 2015;
- Aquisição e custeio de 30 novas ambulâncias UBS e 7 USA até 2015 (APH móvel);
- Aperfeiçoamento tecnológico e organizacional da Central de Regulação.

Inclusão de Metas

- Renovação da frota (30 UBAS e 07 USA) e equipamentos;
- Aperfeiçoamento tecnológico e organizacional da Central de Regulação de urgência.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

007 – Saúde Mental – Ampliar a cobertura assistencial em Saúde Mental de forma a propiciar qualidade na atenção e no cuidado do acometido de transtorno mental, familiar e servidores vinculados aos serviços, bem como o acesso universal a toda população do Distrito Federal.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA RESPONSÁVEL:

23.901 – FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - FSDF

Metas 2012-2015:

Alteração de Metas

— Implantar 61 serviços substitutivos em saúde mental, sendo 39 Centros Atenção Psicossocial – CAPS, 15 Residências Terapêuticas e 7 Unidades de Acolhimento;

— Criar o quadro funcional de Cuidadores em saúde mental para as Residências Terapêuticas e Unidades de Acolhimento.

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Inclusão de Ações Orçamentárias

— 2256 – (EP) Implementação de ações de enfrentamento ao crack e outras drogas (FSDF e PMDF).

PROGRAMA TÉMATICO:

6203 – APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO

OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 – Conduzir o processo de planejamento, orçamento e modernização da gestão no Distrito Federal, visando racionalizar o gasto e manter o equilíbrio das contas públicas, com participação social e transparência.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

32.101 - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – SEPLAN

09.101- SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL- CCDF

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Inclusão de Ações Orçamentárias

- 1692 – Implantação do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação – CeTIC (SEPLAN);
- 1693 – Implantação do Centro de Gestão Integrada – CGI (CCDF);
- 2415 - Manutenção do Centro de Gestão Integrada – CGI (CCDF).

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 – Assegurar o equilíbrio fiscal e modernizar o aparelho estatal para promover atendimento ágil e transparente ao contribuinte, com base em modelo de gestão para resultados.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

19.101 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL - SEF

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Inclusão de Ações Orçamentárias

- 1077 – Construção de Centro de Capacitação (FUNDAF);
- 4088 – Capacitação de Servidores (FUNDAF).

OBJETIVO ESPECÍFICO:

003 – Desenvolver as atividades do sistema de controle interno, prevenir a corrupção, combater a impunidade, recuperar danos causados ao erário e ampliar a transparência da gestão pública.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

45.101 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE DO DF - STC

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Inclusão de Ações Orçamentárias

- 1471 – Modernização dos Sistemas de Informação.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

004 – Fortalecer o planejamento governamental do GDF por meio de um sistema de informações estratégicas, de modo a orientar a tomada de decisão em diversos níveis.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

32.201 - COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:**Inclusão de Ações Orçamentárias**

- 1471 – Modernização dos Sistemas de Informação;
- 3678 – Realização de Eventos (SEAE);
- 3711 – Realização de Estudos e Pesquisas (SEAE, CODEPLAN, SEG e CCDF).

Substituição do Objetivo Específico

OBJETIVO ESPECÍFICO:

008 – Desenvolver políticas públicas orientadas à gestão dos servidores e empregados do Governo do Distrito Federal, dando ênfase a estratégias de recrutamento, formação continuada, democratização das relações do trabalho, aperfeiçoamento de ferramentas e processos e fomento da saúde e da qualidade de vida no trabalho, conferindo à valorização dos agentes públicos distritais o papel de principal vetor de aprimoramento da prestação de serviços aos cidadãos.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

13.101 SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DF - SEAP

Caracterização**Substituição total da Caracterização**

Ao longo dos anos, a gestão de pessoas do Governo do Distrito Federal foi encarada de maneira superficial, relegando as unidades responsáveis por sua execução a funções meramente burocráticas tais como controle de ponto e elaboração de folha de pagamento.

Nesse escopo, o papel de estabelecer políticas voltadas aos servidores e empregados distritais dividia espaço com a gestão de material e patrimônio, bens que, somados aos “recursos humanos”, serviam de insumos para o funcionamento da “máquina pública”, contexto que denotava a relevância, ou falta de, que o tema dispunha na agenda do Governo.

Com o tempo, as deficiências no tratamento desses “recursos humanos” começaram a repercutir, por exemplo, em dificuldade de assimilação de novas tecnologias e processos, aumento do absenteísmo por motivos de saúde, recorrência de erros em procedimentos dos mais variados níveis de complexidade e elevado índice de rotatividade decorrente do grande número de vacâncias, fatores que resultaram na queda de qualidade na prestação de serviços pelo Estado.

Tendo identificado esse risco, o Governo do Distrito Federal criou, por meio da edição do Decreto nº 32.716, de 1º de janeiro de 2011, a Secretaria de Estado de Administração Pública, passando a adotar um olhar moderno em relação aos seus agentes públicos, reconhecendo o potencial estratégico da valorização das pessoas que, ingressas nos quadros distritais, se tornam os representantes da imagem da Administração junto aos cidadãos, lhes provendo atendimento e serviços.

A nova Pasta tem por missão resgatar a autoestima dos servidores e empregados distritais concebendo políticas e programas cujos principais eixos são estratégias eficazes de recrutamento e alocação de força de trabalho, formação continuada com ênfase na participação dos agentes públicos, na eficiência e qualidade, na democratização das relações do trabalho, no aperfeiçoamento de ferramentas e processos e fomento da saúde e da qualidade de vida no trabalho.

Atuando nesses eixos, o Governo do Distrito Federal pretende dotar a Administração de ferramentas eficientes de gestão de pessoas e quadros funcionais bem preparados, motivados e cômicos da importância de seu papel para a consecução das metas do Governo, enfim, engajados na missão de tornar o GDF referencial de excelência em gestão e na prestação de serviços à sociedade.

O programa de aperfeiçoamento institucional orientado à gestão de pessoas do Governo do Distrito Federal se organiza a partir de 5 eixos principais na busca pelo engajamento dos agentes públicos distritais na missão de tornar o GDF referencial de excelência em gestão e na prestação de serviços à sociedade: estratégias eficazes de recrutamento e alocação de força de trabalho; formação continuada; democratização das relações do trabalho; aperfeiçoamento de ferramentas e processos de trabalho; e fomento da saúde e da qualidade de vida no trabalho.

A formulação e a implementação de estratégias eficazes de recrutamento e alocação de força de trabalho é fundamental para aprimorar o funcionamento dos órgãos e entidades distritais na medida em que permite a customização das equipes de trabalho de forma a atender às necessidades específicas de cada unidade, proporcionando maior eficiência.

Nesse sentido, faz-se necessário o mapeamento das atividades desempenhadas no âmbito das unidades de cada órgão e entidade, considerando sua natureza, complexidade e peculiaridades, e a revisão dos perfis profissiográficos das especialidades, cargos e carreiras, ações que subsidiarão tanto a elaboração dos critérios e requisitos a serem exigidos nos processos seletivos do GDF como o remanejamento dos servidores que já integram o quadro de pessoal distrital.

A política de formação continuada que se pretende tem por objetivo desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes com foco no incremento da qualidade das funções desempenhadas pelos servidores, ampliando a oferta de eventos de formação pela Escola de Governo, inclusive por meio de ensino à distância.

Para tanto, busca parceria junto ao próprio servidor incentivando sua inclusão nos processos de formação, desde a etapa de proposição e formulação até eventual participação como formador, visando aproveitar a expertise de um quadro de pessoal dotado de notória qualificação a fim de possibilitar tanto a disseminação de novos conhecimentos como o intercâmbio de experiências profissionais, a modernização das instalações físicas da EGov e, também, o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas que proporcionem maior alcance às ações da SEAP.

O aperfeiçoamento de ferramentas e processos de trabalho, a seu turno, é condição *sine qua non* para organizar a gestão de pessoas do Governo do Distrito Federal no formato de sistema integrado, uniforme e racionalizado, viabilizando o desenvolvimento de rede coesa de unidades setoriais, as quais terão participação ativa nos processos de aprimoramento da gestão.

Assim, planeja-se a aquisição ou modernização de ferramentas de trabalho com a finalidade de dotar a SEAP, como órgão central da gestão de pessoas do GDF, de repositório de dados financeiros e funcionais dos servidores e empregados distritais fidedigno, de mecanismo confiável de geração e crítica de folha de pagamento.

Outra medida delineada é a reformulação dos processos de trabalho, tanto os internos da SEAP de forma a proporcionar maior agilidade nas funções de acompanhar, orientar e subsidiar os órgãos e entidades distritais, como aqueles comuns a todas as unidades setoriais de gestão de pessoas, atuando em frentes como estabelecimento de protocolos e manualização de procedimentos.

A política de democratização das relações de trabalho, por sua vez, resvala nos demais eixos e busca inserir os servidores e empregados nos processos de discussão e decisão relativos aos mais variados aspectos da Administração.

Essa inserção se dará mediante a disponibilização de canais de interação entre Governo, servidores e sociedade tais como a Ouvidoria do Servidor, as Mesas Setoriais de Negociação, a realização de eventos voltados às temáticas de relações de trabalho e a disponibilização de informações de utilidade pública e de apoio às negociações trabalhistas.

Já o fomento da saúde e da qualidade de vida no trabalho vem ao encontro da necessidade de prover bem estar aos servidores como forma de motivação e satisfação e, em consequência disso, contribuir positivamente para a produtividade, qualidade dos produtos e serviços estatais e eficiência.

Nesse escopo, as principais medidas visam à disseminação da cultura de prevenção e promoção à saúde, consistindo da implementação das Unidades Seccionais de Saúde, que permitirá a capilarização da Política de Atenção à Saúde do Servidor por meio da atuação *in loco* de equipes multidisciplinares, em contato direto com os servidores de todos os órgãos e entidades da administração direta, autarquias e fundações, e a realização de eventos voltados à discussão das temáticas de saúde e segurança no trabalho e de sensibilização.

Por derradeiro, as ações pretendidas serão acompanhadas e complementadas pela revisão do arcabouço legislativo relativo à pessoal, com a modernização dos dispositivos normativos legais e infralegais distritais, constituindo sólida base que sustentará a política de gestão de pessoas do Governo do Distrito Federal.

Dessa forma, pavimenta-se o caminho para salto qualitativo da prestação de serviços aos cidadãos sem precedentes na história distrital.

Metas 2012 – 2015:

Exclusão de metas

Implantação de modelo capaz de mensurar a quantidade de atendimento recebido em relação ao efetivo resultado esperado / obtido do atendimento.

Inclusão de metas

1. Promover a participação dos servidores na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas;
2. Implementar política democrática de formação continuada de gestores e servidores públicos do DF;
3. Implementar sistema integrado de gestão de pessoas no DF;
4. Democratizar as relações de trabalho por meio do diálogo permanente com os servidores;
5. Implementar política de saúde e segurança do servidor.

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Inclusão de Ações Não Oçamentárias

- Desenvolver habilidades cognitivas, instrumentais e comportamentais dos servidores públicos, com foco na melhoria da gestão pública, visando sempre à qualidade da prestação de serviços ao cidadão;

- Promover a integração entre as unidades da Administração Pública do Governo do Distrito Federal e de outras Unidades da Federação, estimulando a troca de conhecimento, disseminando boas práticas administrativas, tendências e inovações;

- Melhorar a qualidade no atendimento ao servidor/usuário e aprimorar a capacidade de resposta institucional;

- Produzir informações de utilidade pública e de apoio às negociações trabalhistas no âmbito do Governo do Distrito Federal. Criar instrumento de monitoramento e de preservação da memória das relações de trabalho no Governo do Distrito Federal. Promover debates e construir entendimentos sobre as questões relativas à democratização das relações de trabalho e sobre a regulamentação da Convenção 151 da OIT no Distrito Federal. Promover publicações visando difundir informações e induzir mudanças na cultura organizacional que incluam o diálogo permanente como estratégia de gestão;

- Estabelecer e implantar um programa de pesquisa e gestão em saúde para acompanhamento sócio-funcional. Promover mudança de cultura organizacional no que se refere à saúde do servidor com base na democratização e humanização das relações de trabalho;

- Modernizar a gestão pública no âmbito da área de pessoal, possibilitando o melhor funcionamento da administração do Governo do Distrito Federal, dando suporte a implantação das políticas públicas e aumento/ melhoria de prestação de serviços à população. Monitorar e melhorar a qualidade de gastos com pessoal de forma sistêmica e permanente. Promover o fortalecimento institucional das Unidades Setoriais de Gestão de Pessoas e assessorar na execução das suas atribuições. Promover o desenvolvimento de competências estratégicas para os servidores que atuam diretamente nos processos de gestão de pessoas.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

011 – Conceder o benefício de plano de saúde complementar aos servidores do GDF, titulares, aposentados e pensionistas, bem como facilitar o acesso aos seus dependentes, de forma a contribuir na criação de uma política de saúde e segurança do servidor com base na ação de assistência à saúde.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:

13.202 - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO GOVERNO DO DF - INAS

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Exclusão de Ações Orçamentárias:

— 3711 - Realização de Estudos e Pesquisas (SEG).

PROGRAMA TÉMATICO:

6206 – ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 – Estimular, apoiar, implementar e executar ações esportivas para o Distrito Federal, contemplando as três manifestações esportivas: esporte educacional, de participação e de alto rendimento.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA RESPONSÁVEL :

34101 – SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES - SESP

34902 – FUNDO DE APOIO AO ESPORTE - FAE

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Inclusão de Ações Orçamentárias

- 1471 - Modernização de sistema de informação (SESP);
- 2557 - Gestão da informação e dos sistemas de tecnologia da informação (SESP).

OBJETIVO ESPECÍFICO:

003 - Construir e manter uma rede de infraestrutura que propicie a prática esportiva no Distrito Federal.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA RESPONSÁVEL:

34101 – SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES - SESP

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Inclusão de Ações Orçamentárias

- 1606 – Construção de Praça de Esporte e Cultura (SEDEST e SO).

PROGRAMA TÉMATICO:

6207 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 - Promover e articular Política de Desenvolvimento Econômico no Distrito Federal

UNIDADE RESPONSÁVEL:

20.101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Inclusão de Ações Orçamentárias

— 3467 – Aquisição de Equipamentos (BRB).

PROGRAMA TÊMÁTICO:

6210 – MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

OBJETIVO ESPECÍFICO:

0006 - Ampliar e reestruturar a rede de monitoramento de águas superficiais e subterrâneas, visando à regularização, fiscalização e regulamentação dos usos dos recursos hídricos.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

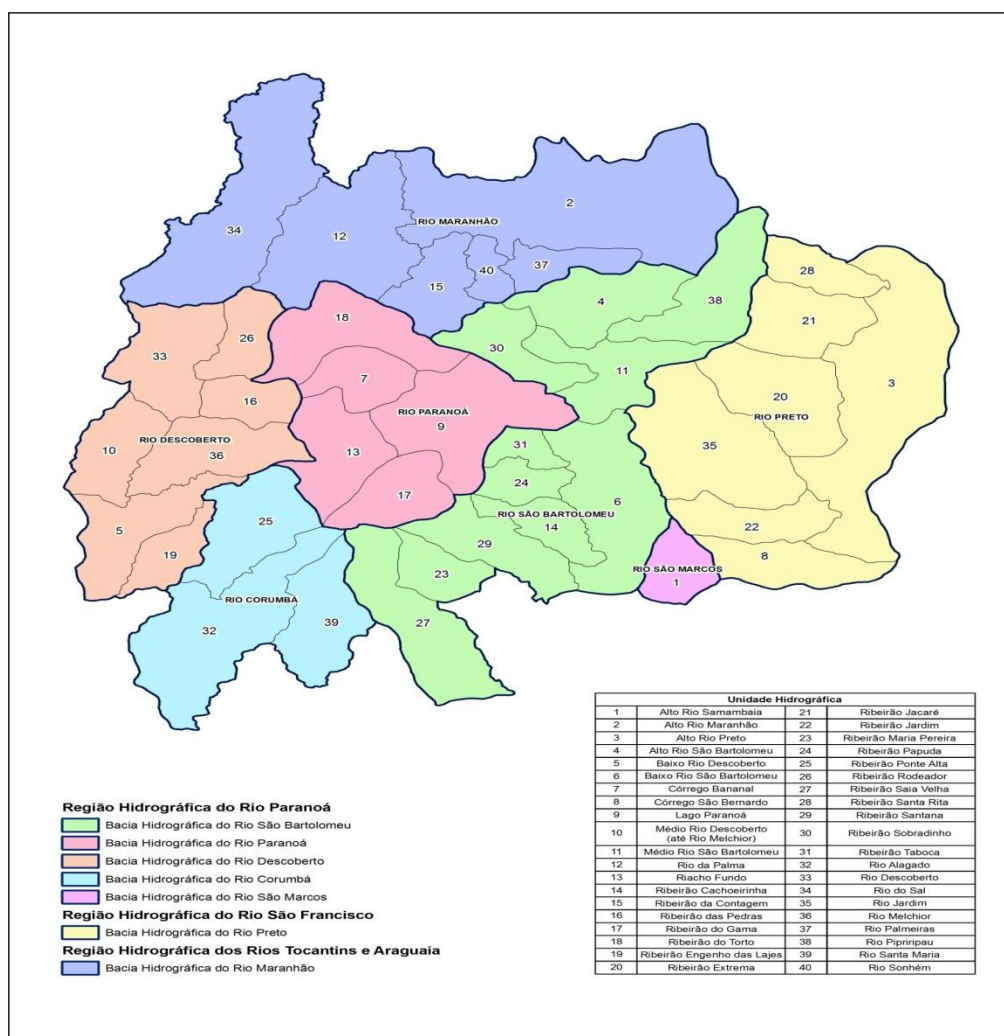
21.206 – AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUA, ENERGIA E SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - ADASA

Caracterização

Alteração parcial da Caracterização pelo texto em destaque

...

O Distrito Federal é dividido, para fins de gestão de recursos hídricos, em 40 Unidades de Análise Hidrológica – UAH, conforme mapa abaixo:



...

Para o próximo ciclo de gestão pretende-se ampliar o número de usuários regularizados no Distrito Federal, atentando-se à situação peculiar de cada Unidade de Análise Hidrológica, principalmente aquelas com balanço hídrico em situação de alerta. Para isso, sem descontinuar as ações cotidianas de

regularização dos usos dos recursos hídricos nas demais UAH's, a ADASA irá cadastrar/regularizar até 2015, 80% dos usuários de água bruta (subterrânea e superficial) da UAH 33, situada na Bacia do Descoberto que é o principal manancial de abastecimento humano para o DF.

...

Atualmente algumas áreas críticas já identificadas são foco de ações contínuas que envolvem tanto a equipe de fiscalização quanto a de outorga, como por exemplo a região do Ribeirão Pípiripau (Bacia do São Bartolomeu), palco de monitoramento e ações de alocação negociada.

...

Metas 2012-2015:

Substituição total das Metas

1. Implantar e operar a rede de monitoramento de águas subterrâneas do Distrito Federal contendo 128 poços piezométricos;
2. Reestruturar a rede de monitoramento de águas superficiais do Distrito Federal de forma articulada com demais órgãos (CAESB, ANA e afins);
3. Cadastrar e regularizar 80% dos usuários da Unidade de Análise Hidrológica – UAH 33 da Bacia do Descoberto;
4. Elaborar normativos visando à padronização de procedimentos de outorga, fiscalização e monitoramento dos recursos hídricos, considerando-se as especificidades das regiões do Distrito Federal.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

0007 - Promover a educação ambiental hídrica da população urbana e rural do DF, integrada aos sistemas alternativos de saneamento, com vistas à melhoria da quantidade e qualidade dos recursos hídricos e do desenvolvimento humano sustentável.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

21.206 – AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUA, ENERGIA E SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - ADASA

Metas 2012-2015:

Alteração de Metas

- 300 escolas visitadas – Recursos Hídricos;
- 30 escolas visitadas – Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Resíduos;
- 300 pessoas dos núcleos rurais da UAH – 33 capacitadas em Metodologia Alternativa de Saneamento voltado para Áreas Rurais.

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Inclusão de Ações Orçamentárias

- 1670 – Gestão do Projeto de Conservação Ambiental.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

0011 – Gerar informações para suporte à gestão ambiental e às práticas sustentáveis no Distrito Federal

UNIDADE RESPONSÁVEL:

21.208 – INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - IBRAM

Caracterização

Acréscimo do parágrafo em destaque ao texto original da Caracterização

... desmatamento dentre outros, integrando os dados entre si, buscando identificar locais onde a intervenção do ente público seja mais necessária para o bem estar do meio ambiente e da saúde da população do DF.

Para promover a sustentabilidade ambiental, o IBRAM precisa modernizar-se com a implantação de novos métodos e práticas que melhorem o desempenho e a eficiência na gestão ambiental.

Metas 2012-2015:

Exclusão de Metas

— Implantar 8 temas de informações da qualidade ambiental em um sistema de informações geográficas.

Inclusão de Metas

— Atender todas as emergências relativas aos riscos ambientais notificadas no DF.

PROGRAMA TÉMATICO:**6211 – GARANTIA DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL**

OBJETIVO ESPECÍFICO:**001 - Aprimorar a Gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no Distrito Federal, Conferindo Eficiência e Eficácia à Rede de Atendimento e Proteção Social dos Usuários da Política de Assistência**

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS RESPONSÁVEIS:**17101 – SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA DO DISTRITO FEDERAL - SEDEST****17902 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL - FAS**

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Inclusão de Ações Orçamentárias

— 2411 – Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGDSUAS (FAS).

PROGRAMA TÉMÁTICO:**6215 – TRÂNSITO SEGURO**

OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 - Reduzir os índices de acidentes com vítimas fatais em todo Distrito Federal, aperfeiçoando a educação para o trânsito, a fiscalização, a engenharia e o atendimento ao público.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA RESPONSÁVEL:**24.201 – DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL - DETRAN**

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Inclusão de Ações Orçamentárias

- 1471 – Modernização de Sistema de Informação;
- 1564 – Reforma de Unidades de Atendimento;
- 1571 – Ampliação de Unidade de Atendimento;
- 2557 – Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação.

PROGRAMA TÉMATICO:

6216 – TRANSPORTE INTEGRADO E MOBILIDADE

OBJETIVO ESPECÍFICO:

0001 – Implantar e manter a infraestrutura de transporte rodoviário, visando soluções que priorizem o transporte coletivo e a melhoria da mobilidade e acessibilidade da população, além da expansão e modernização dos equipamentos de apoio.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

26.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES DO DF - ST

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Inclusão de Ações Orçamentárias

— 3023 – Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (SO) .

OBJETIVO ESPECÍFICO:

0002 – Implantar e manter a infraestrutura de transporte ferroviário.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

26.206 – COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL – METRÔ

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Inclusão de Ações Orçamentárias

— 3711 – Realização de Estudos e Pesquisas.

PROGRAMA TÉMATICO:

6217 – SEGURANÇA PÚBLICA

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 - Preparar e coordenar ações de segurança pública, visando à recepção de grandes eventos no Distrito Federal.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA RESPONSÁVEL:

24101 – SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Inclusão de Ações Orçamentárias

— 3467 – Aquisição de Equipamentos

OBJETIVO ESPECÍFICO:

003 – Aprimorar o Sistema Penitenciário do Distrito Federal com ações que visam garantir custódia segura e digna aos encarcerados, sua reintegração e ressocialização, bem como reduzir a reincidência criminal e o déficit de vagas nas unidades prisionais.

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS RESPONSÁVEIS:

24101 – SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SSP

24908 – FUNDO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL - FUNPDF

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Inclusão de Ações Orçamentárias

— 1471 - Modernização de sistema de informação (FUNPDF);

— 1984 – Construção de Prédios e Próprios (FUNPDF);

— 2557 - Gestão da informação e dos sistemas de tecnologia da informação (FUNPDF) .

OBJETIVO ESPECÍFICO:

004 – Aumentar a segurança no Distrito Federal, utilizando-se de tecnologia de ponta, modernos equipamentos e do trabalho desenvolvido por Policiais Militares altamente capacitados.

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS RESPONSÁVEIS:

24103 – POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - PMDF

24904 – FUNDO DE MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E REEQUIPAMENTO DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL – FUNPMDF

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Inclusão de Ações Orçamentárias

— 2557 - Gestão da informação e dos sistemas de tecnologia da informação (PMDF).

OBJETIVO ESPECÍFICO:

005 - Proporcionar segurança adequada a grandes eventos, por meio da utilização de modernas técnicas operacionais, emprego do policiamento ostensivo e de tecnologia de ponta, estando em condições de fazer frente a possíveis atos terroristas.

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS RESPONSÁVEIS:

24103 – POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - PMDF

24904 – FUNDO DE MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E REEQUIPAMENTO DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL – FUNPMDF

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Inclusão de Ações Orçamentárias

— 1575 - Implantação de unidade administrativa (PMDF).

OBJETIVO ESPECÍFICO:

007 - Promover atendimento diuturno nas emergências atinentes às atividades do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, visando a proteção da vida, do patrimônio e do meio ambiente.

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS RESPONSÁVEIS:

24104 – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - CBMDF

24905 – FUNDO DE MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - FUNCBMDF

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Inclusão de Ações Orçamentárias

— 2557 – Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação (CBMDF).

PROGRAMA TÉMATICO:**6218 - HABITAÇÃO**

OBJETIVO ESPECÍFICO:

0001 – Reduzir o déficit habitacional local, mediante a construção de 100 mil unidades habitacionais nos próximos quatro anos.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

28.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO – SEDHAB

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Inclusão de Ações Orçamentárias

— 1658 – Melhoria de Unidades Habitacionais (SO).

PROGRAMA TÉMATICO:

6219 - CULTURA

OBJETIVO ESPECÍFICO:

0001 – Promover a estruturação da política do livro e da leitura, contribuindo para o desenvolvimento sócio-cultural da população do Distrito Federal e a Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno – RIDE, através de ações de formação, estruturação de bibliotecas, ampliação da mala do livro e apoio a cadeia produtiva do livro.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA RESPONSÁVEL:

16101 – SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Inclusão de Ações Orçamentárias

1694 – Implantação de Sistema Integrado de Bibliotecas

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 – Promover a manutenção, preservação e valorização do patrimônio cultural material e imaterial do Distrito Federal, por meio de ações de restauração, educação patrimonial e memória, revitalizando os espaços culturais existentes e construindo novos.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA RESPONSÁVEL:

16101 – SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Inclusão de Ações Orçamentárias

2396 – Manutenção e Conservação do Patrimônio Público

3467 – Aquisição de Equipamentos

OBJETIVO ESPECÍFICO:

003 - Promover e difundir a produção cultural no Distrito Federal das diferentes expressões locais, oriundas das diversas regiões brasileiras e das expressões culturais do mundo.

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS RESPONSÁVEIS:

16101 – SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

16903 – FUNDO DA ARTE E DA CULTURA

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Inclusão de Ações Orçamentárias

2417 – Manutenção da Rádio Cultura

PROGRAMA TÊMÁTICO:**6220 – (EP) EDUCAÇÃO SUPERIOR**

OBJETIVO ESPECÍFICO:

004 - Apoiar e executar ações na educação superior orientada à saúde, por meio da oferta de cursos de graduação e pós-graduação, preparando profissionais para a gestão e o desenvolvimento de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, em consonância com as estratégias e prioridades do Sistema Único de Saúde (SUS) do Distrito Federal.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA RESPONSÁVEL:**23.203 – FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE - FEPECS**

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Inclusão de Ações Orçamentárias

- 1471 – Modernização de Sistema de Informação;
- 1684 – Ampliação de Unidade de Ensino;
- 2557 – Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação.

PROGRAMA TÊMÁTICO:**6221 – EDUCAÇÃO BÁSICA****OBJETIVO ESPECÍFICO:**

001 - Universalizar a pré-escola e ampliar o atendimento em creches, com projeto político pedagógico que atenda à especificidade da formação humana na fase de 0 a 5 anos de idade.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA RESPONSÁVEL:**18.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SE****18.903 – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB****Caracterização****Exclusão do parágrafo abaixo**

...

O efetivo cumprimento destas metas requer a realização de ações como: construção de 200 Centros de Educação da Primeira Infância (CEPIs), para atendimento de creche e pré-escola, em parceria com o Ministério da Educação; contratação de profissionais da Carreira Magistério e da Carreira Assistência; ampliação do número de instituições conveniadas, na perspectiva da universalização da pré-escola e ampliação da creche; cursos de formação continuada para 100% dos profissionais que atuam nas creches e pré-escolas públicas e conveniadas; oferta de alimentação escolar, adequada à faixa etária e equilibrada nutricionalmente, para todas as turmas de Educação Infantil, na proporção de 2 refeições para o período parcial e 5 refeições para o período integral; aquisição de material didático-pedagógico e de cuidados especializados e específicos para atendimentos da Educação Infantil; aquisição e montagem de estruturas de parques e instalações lúdicas para atendimento da Educação Infantil.

Metas 2012-2015:**Alteração de Metas**

— Universalizar para 100% as matrículas referentes ao atendimento da pré-escola (4 e 5 anos), no período de 2012-2015;

— Ampliar para 19% as matrículas referentes ao atendimento da creche (0 a 3 anos), no período de 2012-2015.

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:**Inclusão de Ações Orçamentárias**

- 1968 – Elaboração de projetos (SE);
- 3023 – Programa de aceleração do crescimento – PAC (SE).
- 4150 – Manutenção de unidade de ensino (CBMDF e PMDF);
- 4202 – Concessão de passe livre (FTPCDF e DFTRANS);
- 5023 – Construção de unidade de ensino (PMDF).

Substituição do Objetivo Específico, Caracterização, Metas 2012-2015, Indicadores, Ações Orçamentárias e Ações não Orçamentárias

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 - Melhorar os índices de desempenho e corrigir a distorção idade/série dos estudantes do ensino fundamental.

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS RESPONSÁVEIS:**18.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SE****18.903 – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB**

Caracterização

Nas últimas avaliações externas (SAEB/Prova Brasil, ENEM, Provinha Brasil) o Distrito Federal vem obtendo resultado superior aos demais Estados da federação. Entretanto, o desempenho dos nossos alunos em relação à leitura e à escrita ainda está longe dos ideais adotados como critério de letramento.

As fragilidades no sistema educacional manifestam-se significativamente no quantitativo de estudantes que apresentam distorção de idade em relação à série/ano no Ensino Fundamental. Atualmente, aproximadamente 70.000 estudantes estão fora do fluxo escolar regular – consequência direta do abandono e repetência, que levam a distorções em idade/série e, por sua vez, ao baixo desempenho escolar.

A Secretaria de Educação do Distrito Federal a fim de garantir educação de qualidade, pautada no sucesso, no respeito às aprendizagens, no reconhecimento e na valorização da igualdade e da diversidade dos estudantes busca desenvolver projetos que garantam a correção desta distorção até 2015.

Metas 2012-2015:

1. Reduzir em 100% o quantitativo de estudantes que apresentam distorção de idade em relação à série/ano no Ensino Fundamental, até 2015;
2. Aumentar em 20% os índices de desempenho dos estudantes de Ensino Fundamental no IDEB, até 2015.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado Em MM/A.A.	Periodicidade de Apuração	Desejado Em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Avaliação de desempenho dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental	Nota	5.4	2011	Bianual	-	5.5	-	5,8	IDEB/ INEP
Avaliação de desempenho dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental	Nota	3.9	2011	Bianual	-	4.1	-	4.5	IDEB/ INEP
Quantitativo de alunos em distorção idade-série	Unidade	70.000	07/2011	Anual	20.000	20.000	20.000	10.000	COENF

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:**Ações Orçamentárias**

- 1421 – (EP) Padronização de Escolas Públicas;
- 1471 – Modernização de sistema informação (SE);
- 1968 – Elaboração de projetos (SE);
- 2387 – Descentralização de recursos financeiros para as escolas do Distrito Federal(SE);
- 2389 – Manutenção do ensino fundamental (SE, FUNDEB);
- 2557 – Gestão da informação e dos sistemas de Tecnologia da Informação (SE);
- 2964 – Alimentação escolar (SE);
- 3178 - Reforma de edificações e espaços culturais do patrimônio histórico (SE);
- 3232 – Ampliação de unidades de ensino fundamental (SE e PMDF);

- 3235 – Reconstrução de unidades de ensino fundamental (SE);
- 3236 – Reforma de unidades de ensino fundamental (SE);
- 3632 – Saúde escolar (SE);
- 3903 – (EP) Reforma de prédios e próprios;
- 4088 – Capacitação de servidores (SE);
- 4150 – Manutenção de unidade de ensino (CBMDF e PMDF);
- 4202 – Concessão de passe livre (FTPCDF e DFTRANS);
- 4976 – Transporte de alunos (SE, FUNDEB);
- 5023 – Construção de unidade de ensino (PMDf);
- 5924 – Construção de unidades do ensino fundamental (SE);
- 8502 – Administração de pessoal (SE, FUNDEB).

Ações Não Orçamentárias

- Fortalecer as avaliações externas do MEC (SAEB/Prova Brasil, Provinha Brasil, Pisa);
- Fomento às ações pedagógicas de promoção do protagonismo infanto-juvenil;
- Promoção do intercâmbio de experiências e a participação de profissionais da educação em fóruns, seminários, conferências que tratem das temáticas de cidadania, direitos humanos e diversidade no DF;
- Apresentar Orientação Pedagógica para as turmas de estudantes em distorção idade/série nos anos iniciais e finais do ensino fundamental;
- Fortalecer o ensino de ciências dentro da proposta de alfabetização/letramento científico;
- Implementar Salas de Apoio ao Desenvolvimento do Aluno com Transtorno Multifuncional: 649 salas, por polos, em cada instituição educacional, até 2015;
- Implantar até 2014 o 2º ciclo de aprendizagem (4º e 5º anos) nas 14 CREs, sendo 7 em 2013 e as demais em 2014;
- Aderir ao Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) em consonância com o Ministério da Educação;
- Propiciar a articulação da transição da educação infantil para o ensino fundamental, bem como dos anos iniciais para os anos finais do ensino fundamental, garantido continuidade e unidade nas aprendizagens dessa etapa.

Substituição do Objetivo Específico

OBJETIVO ESPECÍFICO:

003 – Ampliar o atendimento dos jovens de 15 a 17 anos, consolidando modelo de currículo que estimule a permanência dos alunos no ensino médio.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA RESPONSÁVEL:

18.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SE

18.903 – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

Caracterização

Substituição parcial da Caracterização pelo texto em destaque

...

O Distrito Federal possui cerca de 220 mil jovens entre 15 a 19 anos de idade (Censo 2010). Matriculados no ensino médio público e particular, segundo o IBGE, no mesmo censo tínhamos cerca de 50% deles. Na rede pública foram matriculados no ensino médio, em 2010, um total de 84.444 alunos. O crescimento na taxa de matrícula entre 2009 e 2010 foi de 6,73%, segundo dados do Censo Escolar do Distrito Federal.

A institucionalização de novas políticas públicas, para essa etapa da Educação Básica se faz necessária, tendo em vista, a emenda constitucional - nº 59, de 11 de novembro de 2009, que estabeleceu a obrigatoriedade e a gratuidade da educação básica para os indivíduos entre 4 e 17 anos de idade.

O ensino médio precisa atrair estes jovens e incentivá-los a permanecer na escola...

Metas 2012-2015:**Alteração de Metas**

— Ampliar para 75% o atendimento aos jovens de 15 a 17 anos.

Inclusão de Metas

— Ampliar para 23 unidades a oferta do Ensino Médio Regular Noturno integrado à educação profissional.

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:**Inclusão de Ações Orçamentárias**

- 1968 – Elaboração de projetos (SE);
- 3178 - Reforma de edificações e espaços culturais do patrimônio histórico (SE);
- 4150 – Manutenção de unidade de ensino (CBMDF e PMDF);
- 4202 – Concessão de passe livre (FTPCDF e DFTRANS);
- 5023 – Construção de unidade de ensino (PMDF).

Substituição do Objetivo Específico, Caracterização, Metas 2012-2015, Indicadores, Ações Orçamentárias e Ações Não Orçamentárias**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

004 - Ampliar e qualificar a oferta de educação profissional na rede pública de ensino do Distrito Federal.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA RESPONSÁVEL:

18.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SE

Caracterização

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, “A Educação Profissional e Tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, e articula-se com o ensino regular e com outras modalidades educacionais: Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Educação a Distância”.

Essa modalidade de educação é ofertada na rede pública de ensino do Distrito Federal, por meio dos seguintes cursos: Técnicos de Nível Médio – TNM (carga horária mínima: 800 h); Formação Inicial e Continuada – FIC (carga horária mínima: 160 h); e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio na modalidade regular (EMI/EPT) e na modalidade de educação de jovens e adultos (PROEJA).

Os cursos técnicos dessa etapa destinam-se aos estudantes do ensino médio ou 3º segmento da EJA (Oferta Concomitante) ou aos egressos dessas etapas/modalidades de ensino (Oferta Subsequente).

Os cursos FICs destinam-se a um público de formação propedêutica diversificada e tem como finalidade precípua a qualificação profissional, associada à elevação da escolaridade e ao incentivo à continuidade de sua formação profissional em cursos técnicos de nível médio.

A educação profissional integrada ao ensino médio na modalidade regular (EMI/EPT) e na modalidade de educação de jovens e adultos (PROEJA) destina-se à formação geral do estudante, na perspectiva de, além de promover sua formação propedêutica, também prepará-lo para o exercício de profissões técnicas, bem como para a continuidade de seus estudos em nível superior.

Dentre os programas federais destinados ao fomento da educação profissional, cuja participação desta Secretaria encontra-se assegurada, destaca-se o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), instituído pela Lei 12.513/11, que objetiva expandir, interiorizar e democratizar a oferta de Educação Profissional à população brasileira. Para tanto, prevê uma série de subprogramas, projetos e ações, a saber: Programa Brasil Profissionalizado, destinado à expansão da rede física de oferta de educação profissional técnica nas redes públicas de ensino; a Rede e-Tec Brasil, destinada à oferta de educação profissional na modalidade de educação a distância (EAD); e a Bolsa-Formação Estudante, destinada aos alunos regularmente matriculados no Ensino Médio e no 3º Segmento da Educação de Jovens e Adultos.

Portanto, o Distrito Federal, em consonância com a política de desenvolvimento brasileiro, apresenta a modalidade de educação profissional como uma de suas prioridades na área de educação. Para tanto, coaduna-se com as políticas públicas do Governo Federal voltadas a promover condições de inclusão social, de desenvolvimento das forças produtivas regionais e nacionais e de redução das vulnerabilidades.

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, em consonância com os parâmetros ditados pelas políticas públicas, referenciadas pelo Governo Federal, propõe ofertar Educação Profissional que ofereça condições de ensino de modo articulado com as demandas da sociedade contemporânea e do mundo do trabalho.

Dessa forma serão formados cidadãos capazes de compreender o sentido do que produzem com seu próprio trabalho, de forma reflexiva, autônoma, crítica, criativa e comprometida com a realidade local e a melhoria do contexto em que vivem, na perspectiva da sustentabilidade humana.

Metas 2012-2015:

1. Ampliar de 05 para 12 as unidades escolares destinadas à oferta de Educação Profissional;
2. Ofertar 8.000 vagas de cursos técnicos de nível médio na modalidade presencial;
3. Ofertar 1.000 vagas de cursos técnicos de nível médio na modalidade educação a distância;
4. Ofertar 8.000 vagas de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio na modalidade regular (EMI/EPT) e na modalidade de Educação de Jovens e adultos (PROEJA);
5. Ofertar 4.000 vagas de Formação Inicial e Continuada (FIC).

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em MM/A.A.	Periodicidade de Apuração	Desejado Em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Unidades escolares com oferta de educação profissional	Un.	5	07/2011	Anual	5	5	08	12	CENSO/ SUPLAV/ SEDF
Vagas ofertadas em cursos técnicos de nível médio	Un.	3.586	07/2011	Semestral	4.500	5.000	6.000	8.000	CENSO/ SUPLAV/ SEDF
Vagas ofertadas em cursos técnicos de nível médio na modalidade educação a distância	Un.	150	07/2011	Semestral	150	500	800	1.000	CENSO/ SUPLAV/ SEDF
Vagas ofertadas na forma Ensino Médio Integrado na modalidade regular (EMI/EPT) e na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)	Un.	520	07/2011	Semestral	724	1.500	5.000	8.000	CENSO/ SUPLAV/ SEDF
Vagas ofertadas em cursos de formação inicial e continuada (FIC)	Un.	2.700	07/2011	Bimestral	2.700	3.000	3.500	4.000	CENSO/ SUPLAV/ SEDF

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Ações Orçamentárias

- 1471 – Modernização de sistema informação;
- 1968 – Elaboração de projetos (SE)
- 2387 – Descentralização de recursos financeiros para as escolas do Distrito Federal;
- 2391 – Manutenção da educação profissional;
- 2557 – Gestão da informação e dos sistemas de Tecnologia da Informação
- 3234 – Construção de unidades de ensino profissionalizante;
- 3239 – Reforma de unidades de ensino profissional;
- 4088 – Capacitação de servidores;
- 8502 – Administração de pessoal.

Ações Não Orçamentárias

– Levantamento do Mapa da Rede do Distrito Federal, por meio da análise das oportunidades de inclusão socioprodutiva e trabalho nas Regiões Administrativas do DF, destinado à definição da demanda por cursos técnicos a fim de se organizar a oferta dos cursos de educação profissional na rede pública de ensino do Distrito Federal;

– Organização dos Parâmetros Curriculares de Educação Profissional para a elaboração de proposta de Planos de Cursos Técnicos de Nível Médio, Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio na modalidade regular e na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, e dos cursos de formação inicial e continuada.

Substituição do Objetivo Específico, Caracterização, Metas 2012-2015, Indicadores, Ações Orçamentárias e Ações Não Orçamentárias

OBJETIVO ESPECÍFICO:

005 - Propiciar aos estudantes da educação especial um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA RESPONSÁVEL:

18.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SE

18.903 – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB

Caracterização

A SEDF oferece Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas regulares, nos Centros de Ensino Especial e nas instituições conveniadas, com a perspectiva de inclusão produtiva, que permita aos estudantes diferentes modos de aprender, de ser e estar no mundo, oferecendo ainda educação especial nas escolas regulares (em Classes Comuns, Integração Inversa e Classes Especiais), nos Centros de Ensino Especial e nas instituições conveniadas.

Reafirmando seu compromisso com a ampliação do atendimento educacional especializado nas escolas inclusivas e nos Centros de Ensino Especial, a SEEDF terá que assegurar a igualdade de condições para acesso e permanência na escola, a fim de que haja oportunidades educacionais favoráveis à formação pessoal, com a perspectiva de tornar o estudante do ensino especial, um indivíduo autônomo.

Assim, cabe à Secretaria de Educação do Distrito Federal - SEDF avaliar, desenvolver e organizar políticas educacionais que corrijam as assimetrias de oportunidades para plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas de desenvolvimento e de aprendizagem, em atendimentos educacionais especializados que complementam e/ou suplementam a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Metas 2012-2015:

1. Garantir acessibilidade dos estudantes com deficiência em 80% das unidades escolares.
2. Implementar políticas públicas de inclusão educacional em 80% das unidades escolares do DF.
3. Implementar o atendimento educacional especializado para 100% dos estudantes da Educação Especial

Indicadores:

Denominação do indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em Mm/A.A.	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Taxa de Escolas Públicas da Educação Básica com Acessibilidade Arquitetônica	%	75,3	2011	Anual	76	77	78,5	80	Censo Escolar
Percentual de escolas inclusivas	%	73,6	2011	Anual	74,6	77	80	85	Censo Escolar

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:**Ações Orçamentárias**

- 1471 – Modernização de sistema informação (SE);
- 1968 – Elaboração de projetos (SE);
- 2387 – Descentralização de recursos financeiros para as escolas do Distrito Federal (SE);
- 2393 – Manutenção da educação especial (SE, FUNDEB);
- 2557 – Gestão da informação e dos sistemas de Tecnologia da Informação (SE);
- 4088 – Capacitação de servidores (SE);
- 5051 – (EP) Reforma de Unidades de Ensino Especial (SE);
- 5112 – (EP) Construção de Unidades de Ensino Especial (SE);
- 8502 – Administração de pessoal (SE, FUNDEB).

Ações Não Orçamentárias

- Implantação de Projeto de Produção do Livro Acessível (Deficiência Visual);
- Implantação de Programa de Distribuição de Salas de Recursos Multifuncionais.
- Implementação de Políticas Públicas de Inclusão Educacional;
- Promoção de encontros com as famílias de estudantes com deficiência atendidos na Educação Especial do DF;
- Divulgação de práticas pedagógicas de sucesso, pesquisas e políticas públicas em Educação Especial;
- Desenvolvimento de ações articuladas para a educação inclusiva, pela implantação e manutenção de intercâmbio com os demais setores do governo relacionados à oferta de serviços aos estudantes com deficiência;
- Articulação das Políticas para o Atendimento Educacional Especializado;
- Transformação dos Centros de Ensino Especial em Centros de Referência de Educação Especial Básica.

Substituição do Objetivo Específico, Caracterização, Metas 2012-2015, Indicadores, Ações Orçamentárias e Ações Não Orçamentárias**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

006 – Alfabetizar jovens, adultos e idosos, assegurando a oferta para continuidade dos estudos na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA RESPONSÁVEL:**18.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SE**

Caracterização

A alfabetização é um alicerce importante sobre o qual se devem construir aprendizagens abrangentes, inclusivas e integradas ao longo da vida dos jovens, adultos e idosos. Ela não deve ser o fim, mas o início do processo educativo. É um direito fundamental de todo ser humano, e deve ser considerada como a fase inicial da Educação de Jovens e Adultos (EJA), por se tratar do processo educativo que permite o domínio da linguagem escrita e sua utilização em múltiplas práticas sociais.

A pessoa alfabetizada não apenas lê e escreve diversos tipos de textos, mas também compreende melhor a realidade em que vive para transformá-la, melhorando as condições de sua vida e também da sociedade da qual faz parte. O analfabetismo é consequência de uma estrutura social injusta e desigual, na qual o Brasil, ao longo de sua história não foi capaz de assegurar a todos os cidadãos o direito à Educação. Por isso, na atualidade ainda há pessoas jovens, adultas e idosas não alfabetizadas, necessitando de estratégias de atendimento, sobretudo de oferta de escolarização na rede pública de ensino.

O Distrito Federal, de acordo com a publicação - *Indicadores Sociais Municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010*, divulgada pelo IBGE, em 16 de novembro de 2011, apresenta um dos menores índices de pessoas não alfabetizadas do país (3,5%). Entretanto, esta situação não é nada confortável, nem mesmo justa, pois este percentual corresponde a 68.114 pessoas de 15 anos ou mais de idade que não estão alfabetizadas.

Diante do desafio inadiável que é alfabetizar pessoas jovens, adultas e idosas, o Governo do Distrito Federal (GDF), em parceria com o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) do Ministério da Educação (MEC), iniciou o *Programa DF Alfabetizado: Juntos por uma Nova História*, conforme Decreto nº 33.828, de 08 de agosto de 2012 (publicado no DODF nº 158, de 09 de agosto de 2012, Seção 01, páginas 06 e 07). Esse Decreto institucionaliza o Programa e assegura a complementação da bolsa de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para os voluntários alfabetizadores, tradutores-intérpretes de Libras e coordenadores de turma; e R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para os agentes colaboradores, que serão os estudantes do Ensino Médio e 3º segmento da EJA.

A Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal (SEDF) é responsável pela execução, planejamento, acompanhamento, formação, avaliação e pesquisa do referido programa.

Na perspectiva da intersetorialidade e da gestão e controle social, faz-se necessário destacar o papel estratégico da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, conforme Decreto nº 33.800, de 26 de julho de 2012, no seu art. 1º (publicado no DODF nº 149, de 27 de julho de 2012, Seção 01, páginas 01 e 02), que é um espaço institucionalizado para agregar colaboradores com experiência em alfabetização e educação de jovens e adultos, articulado com o poder público e as organizações da sociedade civil. Nesse sentido, a Agenda Territorial identifica necessidades (tais como: complementação da bolsa dos voluntários, contratação de profissionais da educação para a oferta de continuidade dos estudos na EJA; material de consumo pedagógico e didático; alimentação; consulta oftalmológica e óculos etc) e planeja ações entre os diferentes órgãos envolvidos, se configurando como instrumento de fomento de políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos no Distrito Federal.

Metas 2012-2015:

— Ofertar alfabetização para 65.000 (sessenta e cinco mil) pessoas jovens, adultas e idosas no quadriênio 2012-2015. A previsão é realizar 06 (seis) edições do DF Alfabetizado, a saber:

- 1ª edição (2012): 3.000 (três mil) pessoas;
- 2ª edição (2012/2013): 7.000 (sete mil) pessoas;
- 3ª edição (2013): 13.750 (treze mil, setecentas e cinquenta) pessoas;
- 4ª edição (2014): 13.750 (treze mil, setecentas e cinquenta) pessoas;
- 5ª edição (2014/2015): 13.750 (treze mil, setecentas e cinquenta) pessoas e

- 6ª edição (2015): 13.750 (treze mil, setecentas e cinquenta) pessoas.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado Em MM/A.A.	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Nº de pessoas atendidas no programa DF Alfabetizado	Un	-	06/2011	Anual	3.000	13.000	35.000	65.000	CEJAd
Nº de estudantes matriculados no 1º Segmento da EJA	Un	7.126	07/2011	Semestral	7.300	7.700	8.000	9.000	Censo Escolar – SEDF
Nº de estudantes matriculados no 2º segmento	Un	25.316	07/2011	Semestral	25.500	27.500	29.500	32.000	Censo Escolar – SEDF
Nº de estudantes matriculados no 3º Segmento	Un	25.389	07/2011	Semestral	25.500	27.500	29.500	32.000	Censo Escolar – SEDF
Nº de turmas de EJA na modalidade PROEJA	Un	05	06/2011	Semestral	05	10	20	40	CEJAd

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Ações Orçamentárias

- 1471 – Modernização de sistema informação;
- 1968 – Elaboração de projetos (SE);
- 2387 – Descentralização de recursos financeiros para as escolas do Distrito Federal;
- 2392 – Manutenção da educação de jovens e adultos;
- 4088 – Capacitação de servidores;
- 8502 – Administração de pessoal.

Ações Não Orçamentárias

– Retomada dos trabalhos da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, a fim de assegurar a articulação com as demais Secretarias de Estado do GDF para o atendimento das diversas necessidades do Programa DF Alfabetizado, destacando entre outras ações, a articulação com a Secretaria de Estado de Saúde do GDF para o atendimento oftalmológico e a distribuição de óculos para os alfabetizandos;

– Participar da coordenação colegiada do Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização – Fórum de Educação de Jovens e Adultos do DF (GTPA-FÓRUM EJA/DF) para fortalecer a mobilização da sociedade civil organizada para as ações do GDF e realização do Censo de Alfabetização.

– Realizar a seleção de voluntários alfabetizadores, tradutores-intérpretes de Libras, coordenadores de turmas e agentes colaboradores (estudantes do Ensino Médio/3º segmento da EJA) para participarem do Programa DF Alfabetizado.

– Adequação do projeto político-pedagógico das instituições educacionais que atendem jovens e adultos trabalhadores, com vistas à implantação de uma nova cultura escolar, ressaltando o ingresso, permanência e êxito do estudante, no reconhecimento, na valorização da diversidade, no cooperativismo, na economia solidária e no mundo do trabalho.

– Reelaboração das Diretrizes Curriculares para a EJA no DF, assegurando formatos de atendimento flexíveis e diferenciados, assegurando a inclusão de temas que valorizem as ações coletivas e solidárias, o respeito às fases da vida, a intersectorialidade e a formação integral da pessoa.

Substituição do Objetivo Específico, Caracterização, Metas 2012-2015, Indicadores, Ações Orçamentárias e Ações Não Orçamentárias

OBJETIVO ESPECÍFICO:

007 - Atender as demandas, da rede pública de ensino, referentes à Educação Física Escolar, Esporte e Lazer.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA RESPONSÁVEL:

18.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SE

Caracterização

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEDF vem desenvolvendo projetos e ações que visam o atendimento a todos os estudantes da rede pública de ensino do Distrito Federal, em todas as suas etapas e modalidades, em consonância com o Art. 26 da LDB/96, no qual considera a Educação Física como componente curricular obrigatório da Educação Básica.

Dentre os principais programas e projetos desenvolvidos destacam-se: o Projeto Centro de Iniciação Desportiva – CID; o Programa Ginástica nas Quadras; o Projeto Colônia de Férias; o Programa Jogos Escolares, que envolve: Jogos Escolares do Distrito Federal – JEDF, Jogos Paraolímpicos, Corujão: Jogos Escolares do Noturno, Festivais, Gincanas e Torneios Esportivos; Programa de Formação Continuada que envolve pesquisas, cursos, encontros, seminários, oficinas e fóruns; Programa de Diagnóstico que engloba os Projetos Educação Campeã e Educação com Movimento: educação física nos anos iniciais.

A educação pública que se almeja alcançar no Distrito Federal aponta para a formação integral do indivíduo baseado em valores inerentes à sustentabilidade humana, bem como aos direitos humanos. Aspectos como a cultura corporal e o movimento, componentes da Educação Física, são essenciais para atingir a educação integral de qualidade.

Neste sentido, é necessário assegurar o reaparelhamento da área mediante a ampliação, manutenção e construção de espaços físicos, aquisição de materiais e equipamentos de boa qualidade e em quantidade adequada à demanda. Ademais, para garantir a qualidade no atendimento às necessidades educacionais deverá ser promovida a formação continuada dos profissionais que atuam nesta área e a inserção de professores de educação física na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Metas 2012-2015:

1. Cobrir e ou/ reformar 65% das quadras poliesportivas da rede pública de ensino;
2. Ampliar a participação das escolas públicas em 60% nos Jogos Escolares do Distrito Federal;
3. Implementar em 80% das escolas da rede pública os programas, projetos e ações: Colônia de Férias, Educação com Movimento: Educação Física nos anos iniciais, Diagnóstico da Educação Física, Educação Campeã nas escolas de ensino fundamental e médio, Programa de Formação Continuada .

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em Mm/A.A.	Periodicidade de Apuração	Desejado Em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Número de quadras cobertas e/ou reformadas	Un.	49	07/2011	Anual	80	220	320	420	Diretoria de Obras
Número de escolas públicas participantes dos Jogos Escolares do Distrito Federal -JEDF	Un.	150	07/2011	Anual	200	250	320	400	CEFDESC

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Ações Orçamentárias

- 1229 – (EP) Bom de Escola vai à Copa;

- 1471 – Modernização de sistema informação;
- 1745 – Construção de quadras de esportes (SE);
- 1968 – Elaboração de projetos (SE);
- 2160 – Manutenção das atividades de educação física;
- 2387 – Descentralização de recursos financeiros para as escolas do Distrito Federal;
- 2557 – Gestão da informação e dos sistemas de Tecnologia da Informação;
- 3023 – Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (SO e SE);
- 3271 – Construção de unidades da educação infantil (SO);
- 4088 – Capacitação de servidores;
- 8502 – Administração de pessoal.

Ações Não Orçamentárias

- Realização de diagnóstico da situação atual das escolas públicas do DF, relação à Educação Física (materiais, espaço físico, formação, entre outros);
- Formação continuada para professores de educação física.

Acréscimo do Objetivo Específico e Atributos abaixo

OBJETIVO ESPECÍFICO:

008 - Reestruturar e implantar a Educação Integral nas escolas públicas do Distrito Federal garantindo além da ampliação de tempos, espaços e oportunidades educacionais, a aprendizagem do cidadão em suas múltiplas dimensões e na perspectiva da cidadania, dos direitos humanos e do respeito à diversidade.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA RESPONSÁVEL:

18.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

18.903 – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB

Caracterização

Diversos teóricos e pesquisadores preconizam que a educação de qualidade é aquela que possibilita o desenvolvimento do indivíduo como um todo, assim como o pleno exercício da cidadania. Tal concepção de educação ganha materialidade nos chamados quatro pilares da educação para o século 21, tal como definiu Jacques Delors em seu relatório “Educação: Um Tesouro a Descobrir” (1996), no qual apresenta os princípios norteadores da educação, sintetizados da seguinte maneira: aprender a conhecer, a fazer, a conviver juntos, e aprender a ser. Consta-se, portanto, que, com base no referencial proposto por Delors, a educação, orienta-se para a formação global e integral dos indivíduos, possibilitando a ele o desenvolvimento pleno e em todas as dimensões. A educação, numa visão de integralidade, como um dos principais direitos do cidadão, deve ser entendida como uma meta importante para qualquer povo que queira atingir desenvolvimento sustentável e humano, diminuir desigualdades e promover oportunidades iguais para todos. A educação integral, portanto, encontra-se na base da formação social econômica, política e cultural de toda e qualquer sociedade, inclusive, o conhecimento ganha ainda mais valor, como ferramenta de emancipação de uma nação, na contemporaneidade.

A Educação Integral que se almeja é exposta sob dois aspectos: como concepção e como processo pedagógico. Como concepção, visa à formação humana em suas múltiplas dimensões. Em outras palavras, não é possível educar sem reconhecer que somos seres de direitos e deveres e que nos constituímos a partir de nossa integralidade afetiva, cognitiva, motora, social, histórica, ética, estética, e, também, a partir das relações humanas e sociais. Vista dessa forma, a Educação requer que estejam integrados, e sejam ampliados, de forma qualitativa, espaços, tempos, saberes e conteúdos.

Verificando-se os aspectos legais, na Constituição Federal de 1988, embora não adote a expressão “Educação Integral”, ao se referir à educação, assim se expressa, no Art. 6º: São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/96 em seus artigos 34 e 87, que prevê o aumento progressivo do tempo de permanência do aluno na escola, de modo que a jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola. Diz ainda que “O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino”. E que “Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral”.

Existe ainda a recomendação do Plano Nacional de Educação Lei nº10.172/2001, que garante a Educação Integral em seus Objetivos e Metas: “Ampliar, progressivamente a jornada escolar visando expandir a escola de tempo integral, que abranja um período de pelo menos sete horas diárias, com previsão de professores e funcionários em número suficiente. Prover, nas escolas de tempo integral, preferencialmente para crianças das famílias de menor renda, no mínimo duas refeições, apoio às tarefas escolares, a prática de esportes e atividades artísticas, nos moldes do Programa de Renda Mínima (hoje Programa Bolsa família) associado a Ações Sócio-Educativas.”

Por fim, na Lei Orgânica do Distrito Federal em seu artigo 221 no diz que: “A Educação, direito de todos, dever do Estado e da família, nos termos da Constituição Federal, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, fundada nos ideais democráticos de liberdade, igualdade, respeito aos direitos humanos e valorização da vida, e terá por fim a formação integral da pessoa humana, sua preparação para o exercício consciente da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (...) § 3º O Poder Público gradativamente implantará o atendimento em turno de, no mínimo, seis horas diárias, aos alunos da rede oficial de ensino fundamental.

Mais recentemente, o Governo do Distrito Federal instituiu o decreto nº 33.329, de 10/11/2011 que regulamenta a Lei Federal nº 4.601, de 14 de julho de 2011, instituindo o Plano pela Superação da Extrema Pobreza – DF sem Miséria, que em seu art. 43. Diz: Para o atendimento das famílias pobres e extremamente pobres, em territórios de vulnerabilidade social urbana e rural, deverá ser ampliada a rede de: educação infantil; ensino fundamental; ensino médio; e educação de jovens e adultos – EJA, e em seu parágrafo único. Deverá ser progressivamente implantada a Educação integral nas redes descritas.

Considerando que a implantação da Educação Integral é um dos objetivos do Plano Estratégico para a educação no Distrito Federal, na perspectiva de alcançarmos uma educação de qualidade, a Secretaria de Educação do DF almeja ofertar Educação Integral nas Unidades Escolares públicas de Educação Básica visando promover uma Educação que compreenda a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educacionais, por meio do enriquecimento curricular a fim de favorecer a aprendizagem, com vistas à formação integral do educando, através de atividades complementares diversificadas nos diversos campos de conhecimento.

Metas 2012-2015:

1. Proporcionar a oferta de Educação Integral em todas as escolas públicas do Distrito Federal, garantindo o atendimento em tempo integral para, no mínimo, 10% de alunos matriculados.
2. Implementar o Projeto Piloto de Educação Integral em 39 unidades escolares, com atendimento em tempo integral a 100% dos alunos matriculados, no período de 2012-2015.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em Mm/A.A.	Periodicidade de Apuração	Desejado Em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Escolas que ofertam Educação Integral à um mínimo de 10% dos alunos matriculados	Unidade	226	07/2011	Anual	328	430	532	634	CEINT
Escolas que ofertam Educação Integral à todos os alunos matriculados	Unidade	-	07/2011	Anual	13	26	39	52	CEINT

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:**Ações Orçamentárias**

- 1471 - Modernização de Sistema de Informação (SEDF);
- 1968 – Elaboração de projetos (SE);
- 2387 - Descentralização de recursos financeiros para as escolas do Distrito Federal (SEDF);
- 2964 - Alimentação escolar (SEDF);
- 3235 - Reconstrução de unidades de ensino fundamental - Centro de Referência em Educação Integral (SEDF);
- 3236 - Reforma de unidades de ensino fundamental (SEDF);
- 4088 - Aperfeiçoamento e capacitação de profissionais (SEDF);
- 4976 - Transporte de alunos (SEDF, FUNDEB);
- 8502 - Administração de pessoal (SEDF, FUNDEB);
- 3678 – Realização de Eventos;
- 4088 – Capacitação de servidores (SEDF).

Ações Não Orçamentárias

- Elaborar estratégias para planejamento, acompanhamento e avaliação da política de Educação Integral, que deverá fazer parte do Projeto Político Pedagógico das Unidades Escolares;
- Acompanhamento e monitoramento de programas/projetos/ações: Programa Mais Educação (SEDF/MEC/FNDE), Programa Bolsa Universitária, Projeto Xadrez Escolar, Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura - DLL, Olimpíada da Língua Portuguesa - OLP, Projeto Leitor e Criador;
- Construção e fortalecimento dos Comitês consultivos e indutores (metropolitano, distrital e local) do Programa Mais Educação;
- Participação em eventos (seminários, encontros, feiras, mostras, fóruns) para a socialização das experiências significativas e relevantes;
- Reformulação e publicização das Diretrizes de Educação Integral.

PROGRAMA TÊMÁTICO:

6222 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 – Promover a cidadania, defesa e garantia dos direitos humanos, contribuindo para a conscientização do cidadão dos direitos sociais básicos, reinserção social e igualdade, com participação efetiva na sociedade no Distrito Federal.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA RESPONSÁVEL:

44.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SEJUS

09.904 – FUNDO DE APOIO E ASSISTÊNCIA AO IDOSO DO DISTRITO FEDERAL - FAAI

44.906 – FUNDO ANTIDROGAS DO DISTRITO FEDERAL - FUNPAD

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Inclusão de Ações Orçamentárias

— 1269 – (EP) Ampliação e Reestruturação do CCIS do Distrito Federal (CCDF).

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 – Ampliar e prestar atendimento, proteção, orientação e defesa dos direitos do cidadão, estabelecendo uma cultura de excelência, assegurando, na prestação dos serviços, alto padrão de qualidade, eficiência, agilidade e respeito, simplificando as obrigações de natureza burocrática e ampliando os canais de comunicação entre o estado e a população.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA RESPONSÁVEL:

44.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SEJUS

44.902 – FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR - FDDC

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Inclusão de Ações Orçamentárias

— 1471 – Modernização de Sistema de Informação (FDDC);

— 2557 – Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação (SEJUS e FDDC).

Exclusão de Ações Orçamentárias

— 1269 – (EP) Ampliação e Reestruturação do CCIS do Distrito Federal (CCDF).

PROGRAMA TÊMÁTICO:

6223 – DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA E ATENÇÃO À JUVENTUDE

Alteração do Objetivo Geral abaixo

OBJETIVO GERAL:

Promover o desenvolvimento integral da infância, adolescência e juventude, atendendo às demandas de proteção e defesa dos seus direitos.

Contextualização

Alteração parcial da Contextualização pelo texto em destaque

... Considerando a especial situação demográfica do país que apresenta a maior população jovem da nossa história, em números absolutos, está claro, portanto, que o momento para fazer investimentos maciços no desenvolvimento integral dessas crianças e adolescentes, com vistas à sua emancipação social, econômica, política e cultural, é hoje.

A política de juventude caracteriza-se, sobretudo, por tratar de um tema transversal que requer a articulação de distintas áreas de governo no atendimento das demandas da população jovem; analisada sob o aspecto fundamental da eficácia na aplicação do recurso público, a integração das áreas envolvidas no atendimento a esse público deve figurar como elemento estratégico dos programas e ações a ele dirigido.

Esse foi, por exemplo, o diapasão que orientou a instituição de uma Política Nacional de Juventude, instituída pelo Presidente da República por meio da Lei 11.129/2005; para formular tal instrumento, em 2004 o então Presidente Lula desdobrou o trabalho da Câmara de Política Social – que acabara de formular o desenho do que viria a ser a engenharia do programa Bolsa Família – na criação do Grupo de Trabalho Interministerial de Juventude.

O GTI, que teve a participação de 19 ministérios, identificou a frágil institucionalidade, fragmentação e superposição das políticas federais de juventude e apontou quais desafios deveriam pautar a elaboração de uma Política Nacional de Juventude; recomendou, ainda, a criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, o PROJOVEM, ações materializadas posteriormente por meio da referida Lei.

A partir daí, e não obstante a transversalidade e multidisciplinaridade da temática, ela vem ganhando força institucional e lugar próprio nas estruturas administrativas por meio da criação de órgãos específicos; o Governo do Distrito Federal avança, portanto, a partir do modelo nacional vigente, ao constituir uma pasta para o atendimento das demandas juvenis, a Coordenadoria de Juventude da Secretaria de Estado de Governo. Resta, no entanto, constituir instrumentos de gestão que permitam articular as demais áreas de governo num plano estratégico para o atendimento das demandas dos jovens;

Desse modo, o GDF sinalizará à sociedade a compreensão de que a temática de juventude tem importante papel na estratégia de Governo para o desenvolvimento, para superação das desigualdades sociais e econômicas, bem como possui, ela mesma, potencial de autonomia intelectual e organizativa em relação às demais áreas de governo que atendem a demandas tidas como tipicamente juvenis. Tal entendimento, portanto, é o que infere-se do ato de criação de uma Coordenadoria de Juventude na estrutura de governo.

Noutro aspecto institucional, a temática de juventude vem avançando por meio da discussão e aprovação de marcos legais no âmbito do Congresso Nacional, como é o caso da Emenda nº 65, que modificou o título do Capítulo VIII da Constituição, justamente o que trata de direitos sociais de crianças e adolescentes, para incluir o termo “jovem”, e o conceito a ele vinculado, na Constituição Federal; também tramita no Senado, após aprovação na Câmara Federal, o Estatuto da Juventude. Dentre outras providências, o Estatuto cria o Sistema Nacional de Juventude, a ser regulamentado oportunamente pelo Governo Federal. O Sistema Nacional de Juventude, quando implantado, determinará mais claramente a divisão de responsabilidades entre a União, Estados e municípios no atendimento às demandas dos jovens por política pública. A partir da proposição de um Plano Integrado de Atenção aos Jovens do DF e Entorno

quer-se, portanto, além de integrar e qualificar as ações de governo nessa temática, bem posicionar o GDF para uma futura adesão ao Sistema Nacional de Juventude, incidindo na concepção desse Sistema inclusive.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

0001 - Implantar e garantir o funcionamento do Programa de Desenvolvimento Integral da Criança e do Adolescente - PDICA, assegurando à faixa populacional no ciclo de vida marcado pelo crescimento físico e desenvolvimento neuropsicomotor as condições indispensáveis à realização plena do processo de diferenciação das originalidades humanas potenciais.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

51.101 - SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA - SECRIANÇA

Metas 2012/2015:**Exclusão de Metas**

— Construção de espaços de diálogo entre os diversos atores do Sistema de Garantia de Direitos (SGD).

Inclusão de Metas

— Integrar os Órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) com vistas à materialização de ações integradas para a restauração de direitos, em casos de direitos violados;

— Implementar o Centro de Referência no Atendimento Infante Juvenil – CRAI;

— Equipar e manter o Centro de Referência no Atendimento Infante Juvenil – CRAI;

— Integrar operacionalmente os Órgãos Parceiros tais como Órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Segurança Pública, Saúde, Educação e Assistência Social no Centro de Referência no Atendimento Infante Juvenil – CRAI;

— Reduzir em 50% o número das entrevistas para atender os ritos processuais – civil e criminal.

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:**Inclusão de Ações Orçamentárias**

— 2412 - Manutenção e funcionamento do Centro de Referência no Atendimento Infante Juvenil – CRAI.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 - Garantir o funcionamento e a manutenção dos Conselhos Tutelares, do Conselho de Direitos e do Sistema Socioeducativo, expandindo e adequando a infraestrutura necessária à dinâmica institucional, bem como estabelecendo diretrizes e normas com vistas ao aprimoramento do atendimento às crianças, aos adolescentes e as suas famílias.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

51.101 - SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA - SECRIANÇA

Metas 2012/2015:**Inclusão de Metas**

— Produzir e publicizar dados estatísticos de violação de direitos de crianças e adolescente.

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Inclusão de Ações Orçamentárias

— 3711 – Realização de estudos e pesquisas (FDCADF).

OBJETIVO ESPECÍFICO:

0003 – Aperfeiçoar a Gestão dos Programas e Projetos da Secretaria de Estado da Criança e demais órgãos vinculados, através da (re)estruturação dos processos de trabalho, do desenvolvimento de sistema de monitoramento e avaliação, da modernização de gestão de pessoas e da profissionalização, valorização e reconhecimento dos servidores.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

51.101 - SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA - SECRIANÇA

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico

Inclusão de Ações Orçamentárias

— 1471 – Modernização de Sistema de Informação.

Substituição do Objetivo Específico, Caracterização, Metas 2012-2015, Indicadores, Ações Orçamentárias e Ações Não Orçamentárias

OBJETIVO ESPECÍFICO:

004 - Promover o desenvolvimento integral e a participação dos jovens do DF e Entorno, com especial atenção à população de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade social.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO/COORDENADORIA DE JUVENTUDE

Caracterização

O Censo 2010 revela que, em números absolutos, essa é a maior geração de jovens na história do país; por outro lado, as projeções revelam que a conjugação de uma maior expectativa de vida ao nascer com uma baixa taxa de natalidade promoverá um rápido envelhecimento da população e uma mudança drástica (em termos históricos) dessa estrutura demográfica. Jamais teremos essa quantidade de jovens (51 milhões entre 15 e 29 anos em 2010) novamente. Essa quantidade de jovens e a injunção dos outros dois fatores mencionados configuram uma situação singular: o chamado “bônus demográfico”. O “bônus” se caracteriza pelo fato de que teremos, pelo menos até o ano de 2033, mais cidadãos em idade economicamente ativa do que dependentes da Renda Nacional (crianças e idosos); o auge desse fenômeno se dará em 2022, quando teremos 71% da população brasileira dentro da População Economicamente Ativa (PEA – 15 a 64 anos).

Estudos dos professores Cássio Turra e Bernardo Queiroz, ambos da UFMG, demonstram que apenas o fenômeno “bônus demográfico” responderá por 2,5% do crescimento anual do PIB brasileiro na próxima década; já Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas, estima que a renda média dos brasileiros cresça 2,7% ao ano como resultado do “bônus demográfico” associado ao aumento da escolaridade. Esses dados se encontram em matéria da Revista Exame, de 17/11/2010, intitulada “Vinte Anos Para Ficar Rico”;

Outro estudo recente importante, esse com foco na temática de juventude, é “O Sonho Brasileiro”, disponível no endereço <http://www.ostonhobrasileiro.com.br>; esse estudo, por sua vez, nos revela duas coisas fundamentais para a compreensão da temática: quais são as principais demandas dos jovens brasileiros e; como os jovens se relacionam com as instituições na busca pelo atendimento dessas demandas. Os resultados indicam que a maioria (55%) dos jovens tem como meta alcançar um bom posto no mercado de trabalho; 77% desejam ingressar na universidade; 76% acham que o Brasil está mudando para melhor; 89% tem orgulho de ser brasileiros. Temos, com isso, o cenário seguinte: a maior geração de

jovens que o país já teve num momento também único do ponto de vista social e econômico; o “bônus demográfico”, nesse contexto, se mostra como um ativo para o desenvolvimento do país;

Por meio de acesso a fontes de dados secundárias, dentre elas o Censo 2010 (IBGE), a base de dados do Tribunal Regional Eleitoral – TRE, o IpeaData (IPEA), o Mapa da Violência (Instituto Sangari, 2011/2012), o Censo Escolar 2010 (Secretaria de Educação), e a publicação Perfil da População de Baixa Renda no DF (CODEPLAN, 2011), temos hoje o seguinte quadro-síntese da situação juvenil no DF, que passamos a analisar em seguida:

- 734 mil jovens (15 a 29 anos);
- 833 mil eleitores (16 a 35 anos);
- 73 mil estão em famílias com renda inferior a ½ salário mínimo por pessoa;
- 50% dos jovens do DF residem em três Regiões Administrativas: Ceilândia, Taguatinga e Samambaia;
- Regiões Administrativas com maior participação de jovens na população de baixa renda: Recanto das Emas – 35%; Riacho Fundo – 32,3%; Varjão – 32,4%; Paranoá – 32,2%; Riacho Fundo II – 31,2%; Samambaia – 30,5%; Planaltina – 30,3%;
- 82,6% dos jovens de baixa renda são negros e pardos;
- 61,3% dos jovens de baixa renda são naturais do DF;
- 32% dos jovens de baixa renda não concluíram o Ensino Fundamental;
- As taxas de desemprego entre os jovens para o mês de novembro de 2011 são de 26,6% (16 a 24 anos) e 9,6% (25 a 39 anos);
- 58% dos jovens de baixa renda não tem atividade remunerada;
- 31% dos jovens de baixa renda não estudam nem trabalham;

O DF está entre as unidades da Federação onde mais morrem jovens negros vítimas de homicídio.

O Mapa da Violência (Instituto Sangari, 2011), que trabalha com o recorte etário de 15 a 24 anos, revela que, no DF, 71% das mortes de jovens nessa faixa de idade se dão por causas violentas, sendo mais da metade (50,8%) por homicídio, 15,6% por causas relacionadas a trânsito/transportes e 4,6% por suicídio; entre 1998 e 2008, o DF caiu duas posições (do 6º para o 4º lugar) no ranking de homicídios de jovens (15 a 24 anos), ostentando como último dado anualizado (2008) o índice de 77,2 óbitos por 100 mil habitantes dentro dessa faixa etária; cabe registrar que a incidência do homicídio entre as mortes de jovens no DF (50,8%) está muito acima da média nacional, que é de 39,7%;

Ainda em relação aos homicídios de jovens, registra-se uma tendência nacional de queda (de 6.592 casos em 2005 para 4.582 em 2008) entre os indivíduos brancos, enquanto, para o mesmo período, um aumento acentuado entre os indivíduos não-brancos (11.308 casos em 2005 para 12.749 em 2008); no DF a situação se afigura mais preocupante, à medida que se mantém, para os anos estudados, praticamente a mesma taxa entre os brancos e um aumento entre os não-brancos, como na tendência nacional; o que mais chama atenção, no entanto, é a brutal diferença em desfavor do segundo grupo: o último dado, de 2008, revela a ocorrência de 366 óbitos de jovens por homicídio no DF, 45 dessas vítimas eram indivíduos de cor/raça branca e 321 negros (pretos e pardos); registra-se, ainda, que em 94,4% das ocorrências a vítima é do sexo masculino; o DF registra, ainda, um alto índice de vitimização juvenil, quer dizer, o índice de homicídio entre os jovens é quatro vezes maior do que o registrado para a população em geral;

O abandono e a evasão escolar no Ensino Médio revelam-se também como um desafio a ser vencido em nome de um maior aproveitamento do “bônus demográfico” brasileiro; dentre os países do MERCOSUL (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) e também Venezuela e Chile, o Brasil ostenta o maior índice de evasão e abandono escolar da Região; no DF, o índice de permanência no Ensino Médio é de 68,8%, o que nos dá um índice de evasão e abandono acima de 30%, segundo dados do IPEA; segundo o estudo “Os Motivos da Evasão Escolar no Brasil” (FGV, 2010), cerca de 40% dos jovens alegam falta de interesse como motivação do abandono escolar; a incidência maior de casos se dá no primeiro ano do Ensino Médio; a defasagem idade-série no Brasil registra ainda o alto índice de 32% para a faixa etária de 15 a 17 anos;

A missão da Coordenadoria de Juventude da Secretaria de Estado de Governo do DF é responder a essas questões apresentando soluções de política pública complementares e suplementares às políticas de Educação, Trabalho, Saúde, Assistência e Segurança Pública e articulando as dimensões da Participação Social, da Inclusão Social e do Desenvolvimento Cultural; para tanto, o Decreto N° 32.713 determina, entre as atribuições da Secretaria a “articulação, em âmbito distrital, dos programas e projetos destinados aos jovens de faixa etária entre 15 e 30 anos”;

Por seu turno, e para enfrentar tais desafios, a Secretaria deliberou por uma estratégia que compõem-se dos seguintes objetivos: a) redução expressiva dos índices de evasão e abandono escolar no Ensino Médio; b) aumento expressivo das taxas de ocupação entre os jovens; c) incremento no nível de participação cidadã entre os jovens; d) redução expressiva dos índices de pobreza extrema entre os jovens; 5) alteração expressiva dos índices de violência e mortalidade entre os jovens, sobretudo quando relacionados a causas violentas e ao uso indiscriminado e abusivo de álcool ou drogas ilícitas.

Articular a dimensão da Participação às soluções de política pública na temática de Juventude é outra condição fundamental para o sucesso e a eficácia das mesmas. Por isso a Coordenadoria irá constituir conselhos locais vinculados ao acompanhamento das ações governamentais nos territórios e também o Conselho Distrital de Juventude – CODEJUVE, vinculado à Secretaria e cujo papel, além do diálogo social e fomento à participação juvenil, será o de exercer o controle social sobre as ações do Plano e demais ações da Secretaria.

Para combater as taxas de evasão e abandono no Ensino Médio, a Secretaria promoverá ações de apoio e estímulo à permanência na Escola, bem como, para aumentar as taxas de ocupação entre os jovens, serão promovidas ações de qualificação profissional e empreendedorismo específicas para esse segmento.

Para combater os indicadores de violência, a Secretaria promoverá ações de formação para a cidadania, com especial atenção à educação para o trânsito e ações de prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas.

Tais objetivos serão perseguidos por meio da integração das ações de governo.

Metas 2012 - 2015:

1. 24 Conselhos locais de juventude implantados nos territórios e vinculados aos Centros de Juventude;
2. Conselho Distrital de Juventude - CODEJUVE implantado;
3. 100% dos conselheiros do Conselho Distrital de Juventude, bem como dos conselhos locais, capacitados para o acompanhamento das ações de governo;
4. 50 mil jovens atendidos em atividades de cultura e convivência, e/ou encaminhados para atendimento específico em outros serviços, por meio dos Centros de Juventude;
5. Subsídios técnicos para o aprimoramento de plano disponibilizados por meio de pesquisas e estudos realizados.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em MM/A.A.	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Capacitação dos conselheiros de Juventude	%	-	-	Anual	100	100	100	100	SEGV/COORJUV
Jovens atendidos em atividades culturais e ação comunitária e/ou encaminhados a outros serviços por meio dos Centros de Juventude	Unidade	-	-	Anual	5000	15.000	15.000	15.000	SEG/COORJUV
Pesquisas e estudos diagnósticos	Unidade	-	-	Anual	1	1	1	1	SEG/COORJUV

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Ações Orçamentárias

- 2205 – Combate à Exploração Sexual à Criança e Adolescente
- 2794 – Assistência ao Jovem;
- 3233 – Implantação dos Centros da Juventude;
- 4072 - Manutenção e Funcionamento do Conselho da Juventude.

Ações Não Orçamentárias

- Implementação de Política Distrital de Juventude (Proposição de Lei Distrital de Juventude pela Câmara Legislativa do DF).

PROGRAMA TÉMATICO:**6224 – ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA**

OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 - Prestar assistência jurídica integral, gratuita e de qualidade aos necessitados, em defesa da dignidade da pessoa humana, da cidadania plena e da inclusão social; promover a conciliação como forma de pacificação social; integração da rede de acolhimento das políticas públicas.

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS RESPONSÁVEIS:**48101 – CENTRO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - CEAJUR****48901 – FUNDO DE APOIO AO APARELHAMENTO DO CENTRO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA-PROJUR**

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Inclusão de Ações Orçamentárias

— 4138 – Desenvolvimento de Ações de Serviços Sociais (CEAJUR).

PROGRAMA TÉMATICO:

6227 – GARANTIA DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 - Contribuir para a promoção do acesso da população do DF a uma alimentação adequada e saudável.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA RESPONSÁVEL:

17101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA DO DISTRITO FEDERAL - SEDEST

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Inclusão de Ações Orçamentárias

— 1656 – Ampliação de Restaurante Comunitário.

PROGRAMA TÊMÁTICO:**6228 – TRANSFERÊNCIA DE RENDA****Acréscimo do Objetivo Específico e Atributos abaixo****OBJETIVO ESPECÍFICO:**

002 - Promover a elevação de renda, a qualidade de vida e qualificação e capacitação profissional das famílias pobres e extremamente pobres, como forma de reduzir as desigualdades sociais e incentivar a promoção social dos participantes.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA RESPONSÁVEL:

25.101 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL - SETRAB/ COORDENADORIA DE INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES SOCIAIS

Caracterização

O Governo do Distrito Federal reforça seu compromisso em implantar políticas públicas voltadas para a melhoria de vida dos cidadãos cuja situação seja reconhecida como de “vulnerabilidade social”, por meio de todos os programas sociais de transferência de renda atualmente em vigor. Neste contexto e, em consonância com o disposto na Lei nº4.601 de 14 de julho de 2011, o Governo do Distrito Federal com o fito de implementar atividades capazes de concorrer para a redução das desigualdades sociais e, ao mesmo tempo, proporcionar a elevação dos níveis de qualidade de vida da população extremamente pobre, dará início à implantação de Unidades de capacitação profissional.

A primeira das Unidades de capacitação profissional terá por escopo a produção de uniformes e bonés, bem como, complementos escolares, em especial, materiais esportivos tais como bolas para a prática de variadas modalidades, bolsas, mochilas, somente para citar alguns. A sequência das atividades aponta para criação de novas unidades operacionais onde serão produzidos jogos intelectivos, artigos didáticos para o desenvolvimento de atividades lúdicas, confecção de roupas e uniformes profissionais e artigos correlatos.

Com tais iniciativas serão viabilizadas, a um só tempo, a qualificação profissional e a geração de renda, tornando real e factível a inserção das famílias atendidas no mercado de trabalho e induzindo e incentivando o empreendedorismo.

Esses elementos, com certeza, serão capazes de criar novo paradigma, transmigrando-se em propulsores e estimuladores do crescimento da frequência escolar, bem assim, da prática desportiva de modo ampliado, decorrente da efetiva disponibilidade de recursos para escolas, vilas olímpicas, quadras comunitárias e outros espaços assemelhados.

Relevante notar que a implementação das Unidades de Capacitação Profissional é sempre precedida de análises técnico-operacionais, reuniões com lideranças locais com o objetivo de apresentar as propostas, metas e perspectivas da atividade, cuja característica principal encontra seu epicentro na valorização das potencialidades regionais e atendimento às regiões com os menores índices de desenvolvimento humano, razão esta que concorreu decisivamente, neste momento, para a escolha da cidade Estrutural.

É certo que outras unidades serão instaladas no âmbito do Distrito Federal, tendo por medida, os critérios trazidos a lume anteriormente e os demais requisitos e mandamentos consubstanciados no arcabouço normativo local.

Não há que tergiversar sobre a relevância dos programas sociais e de assistência complementar, como fator de impulso do progresso e desenvolvimento dos núcleos carentes da sociedade. Não é por outro motivo que inspirado nestes vetores capazes de atenderem aos mais cândidos e justos reclamos deste segmento por igualdade, oportunidade e inclusão social que o Governo do Distrito Federal idealizou tal iniciativa com a certeza, absoluta, que os recursos públicos aplicados em toda a infraestrutura demandada para a implantação das “Fábricas Sociais”, reverter-se-ão em benefício direto e imediato para a comunidades mais necessitadas da nossa Cidade.

O cenário que se descortina, além de proporcionar atendimento a alunos da rede pública de ensino por meio da disponibilidade de uniformes escolares e materiais esportivos, incorporará, também, como resultado apreciável e de grande significado, a alocação de cidadãos da comunidade, que serão capacitados nas variadas áreas produtivas da fábrica. Concluindo o ciclo da formação, estarão, os participantes, preparados e aptos a buscar seu lugar no mercado de trabalho.

Metas 2012-2015:

1. Atender a 650.000 (seiscentos e cinquenta mil) alunos da rede pública de ensino por meio da disponibilidade de uniformes escolares e materiais esportivos;
2. Atender 5.500 (cinco mil e quinhentos) cidadãos da comunidade, inicialmente da Cidade Estrutural, que serão capacitados nas variadas áreas produtivas da fábrica;
3. Realizar qualificação profissional, proporcionando a geração de renda e inserção das famílias atendidas nas unidades do projeto no mercado de trabalho e incentivo ao empreendedorismo;
4. Confeccionar 33.000 camisas polo e uniformes profissionais no período de 2013 a 2015;
5. Produzir jogos intelectivos e artigos didáticos para o desenvolvimento de atividades lúdicas.

Observação: Os quantitativos citados, relativos à confecção de materiais esportivos, foram dimensionados de forma que, estimativamente e a depender da efetiva entrada em operação da unidade de capacitação, sejam confeccionados até 20% do total indicado para o ano de 2012 e o restante dividido igualmente nos anos de 2013 a 2015.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em MM/A.A.	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Quantitativo de beneficiados pela distribuição de materiais de apoio escolar	Pessoa	-	-	Anual	450.000	450.000	450.000	450.000	CIAS/ SETRAB
Quantitativo de beneficiados pela distribuição de complementos esportivos	Pessoa	-	-	Anual	356.400	475.200	475.200	475.200	CIAS/ SETRAB
Quantitativo anual de cidadãos capacitados pelo eixo de atuação das Unidades de Capacitação	Pessoa	-	-	Anual	400	1.200	1.800	2.100	CIAS/ SETRAB
Quantidade de localidades esportivas atendidas	Unidade	-	-	Anual	260	650	650	650	CIAS/ SETRAB

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Ações Orçamentárias

— 4232 – Ações Complementares de Transferência de Renda.

PROGRAMA TÊMÁTICO:**6230 – TURISMO**

OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 - Criar um novo olhar sobre a imagem de Brasília; Conscientizar a população para a importância do turismo; Fortalecer o desenvolvimento socioeconômico por meio da atividade turística; Cumprir e monitorar as políticas públicas de turismo; Promover o destino por meio da integração e fortalecimento das entidades do setor produtivo do turismo; Estruturar, aprimorar e promover o destino Brasília com foco na sustentabilidade, excelência e competitividade; Potencializar a utilização da infraestrutura turística; Adequar o quadro de pessoal e promover a valorização do servidor; Implantar internamente políticas e práticas de democratização do conhecimento.

UNIDADE RESPONSÁVEL:**27.101 - SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO - SETUR**

Ações Necessárias para o Alcance do Objetivo Específico:

Inclusão de Ações Orçamentárias

- 1471 – Modernização de Sistema de Informação;
- 4091 – Apoio a projetos (FITUR).

A N E X O II

INCLUSÃO DE NOVAS AÇÕES E AÇÕES EXISTENTES, EXCLUSÃO E ALTERAÇÃO DE AÇÕES



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO DF
PLANO PLURIANUAL 2012 - 2015
A N E X O II

TABELA I – INCLUSÃO DE AÇÕES NOVAS

* As ações relacionadas nesta tabela encontram-se detalhadas no Anexo III

Programa: 0150 – BRASÍLIA SUSTENTÁVEL

ANO	CÓDIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2013-15	1680	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO DA VILA ESTRUTURAL - BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II	25 - SCIA

Programa: 6005 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – LEGISLATIVO

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2013-15	2386	MODERNIZAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO	99 – PLANO PILOTO

Programa: 6203 – APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO

ANO	CÓDIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2013-15	1692	IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – CeTIC	01 – PLANO PILOTO
2013-14	1693	IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE GESTÃO INTEGRADA – CGI	01 – PLANO PILOTO
2013-15	2415	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE GESTÃO INTEGRADA - CGI	01 – PLANO PILOTO

Programa: 6206 – ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2012-13	1606	CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA	99 – DISTRITO FEDERAL
2012-14	1606	CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA	09 – CEILÂNDIA 15 – RECANTO DAS EMAS

Programa: 6210 – MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2013-15	1670	GESTÃO DO PROJETO DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	99 – DISTRITO FEDERAL

Programa: 6211 – GARANTIA DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2013-15	2411	GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - IGDSUAS	99 – DISTRITO FEDERAL

Programa: 6215 – TRÂNSITO SEGURO

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2013	1564	REFORMA DE UNIDADE DE ATENDIMENTO	02 – GAMA 03 – TAGUATINGA 06 – PLANALTINA 07 – PARANOÁ 15 – RECANTO DAS EMAS
2013	1571	AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ATENDIMENTO	01 – PLANO PILOTO 02 – GAMA 07 – PARANOÁ 15 – RECANTO DAS EMAS

Programa: 6217 – SEGURANÇA PÚBLICA

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2012-15	1575	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE ADMINISTRATIVA	01 – PLANO PILOTO

Programa: 6218 - HABITAÇÃO

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2013-14	1658	MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS	06 - PLANALTINA

Programa: 6219 - CULTURA

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2013-15	1694	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS	99 – DISTRITO FEDERAL
2013-15	2417	MANUTENÇÃO DA RÁDIO CULTURA	01 – PLANO PILOTO

Programa: 6220 – EDUCAÇÃO SUPERIOR

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2013-15	1684	AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO	12 - SAMAMBAIA

Programa: 6223 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA E ATENÇÃO À JUVENTUDE

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2013-15	2412	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE REFERÊNCIA NO ATENDIMENTO INFANTO JUVENIL - CRAI	99 – DISTRITO FEDERAL

Programa: 6227 – GARANTIA DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2013	1656	AMPLIAÇÃO DE RESTAURANTE COMUNITÁRIO	09 - CEILÂNDIA
2014	1656	AMPLIAÇÃO DE RESTAURANTE COMUNITÁRIO	99 – DISTRITO FEDERAL

TABELA II – INCLUSÃO DE AÇÕES EXISTENTES EM OUTROS PROGRAMAS OU ANOS

* As ações relacionadas nesta tabela encontram-se detalhadas no Anexo III

Programa: 6002 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – EDUCAÇÃO E CULTURA

ANO	CÓDIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2012-15	1471	MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	01 – PLANO PILOTO 99 – DISTRITO FEDERAL
2013-15	1968	ELABORAÇÃO DE PROJETOS	99 – DISTRITO FEDERAL
2012-15	2557	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	01 – PLANO PILOTO 99 – DISTRITO FEDERAL
2013-15	2619	ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	99 – DISTRITO FEDERAL

Programa: 6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – GESTÃO PÚBLICA

ANO	CÓDIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2013	1968	ELABORAÇÃO DE PROJETO	99 – DISTRITO FEDERAL

Programa: 6004 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

ANO	CÓDIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
-----	--------	------	----------------

2013-15	2557	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	01 – PLANO PILOTO
2012-15	2557	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10 – GUARÁ 99 – DISTRITO FEDERAL

Programa: 6005 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – LEGISLATIVO

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2012-15	2557	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	99 – DISTRITO FEDERAL
2013-15	3086	AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	01 – PLANO PILOTO

Programa: 6007 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SAÚDE

ANO	CÓDIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2012-15	1471	MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	01 – PLANO PILOTO
2012-15	2557	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	01 – PLANO PILOTO

Programa: 6008 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – SEGURANÇA PÚBLICA

ANO	CÓDIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2013-14	1487	CONSTRUÇÃO DE CENTRO MÉDICO	01 – PLANO PILOTO
2012-15	2557	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	99 – DISTRITO FEDERAL
2012-13	3467	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	01 – PLANO PILOTO

Programa: 6009 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – SOCIAL

ANO	CÓDIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2013-14	1984	CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	99 – DISTRITO FEDERAL
2012-15	2557	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	99 – DISTRITO FEDERAL

Programa: 6010 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – TRANSPORTE

ANO	CÓDIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2013	1077	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CAPACITAÇÃO	20 – ÁGUAS CLARAS

Programa: 6202 – APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

ANO	CÓDIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2013-14	1141	REFORMA DO HEMOCENTRO	01 – PLANO PILOTO

2012-15	2557	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	99 – DISTRITO FEDERAL
2013-14	3113	AMPLIAÇÃO DO HEMOCENTRO	01 – PLANO PILOTO

Programa: 6203 – APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2013-15	1077	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CAPACITAÇÃO	10 – GUARÁ
2013	4136	REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	99 – DISTRITO FEDERAL
2013	7047	PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO DOS ESTADOS E DO DF - PNAGE/DF	01 – PLANO PILOTO

Programa: 6206 – ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2012-15	1471	MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	99 – DISTRITO FEDERAL
2012-15	2557	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	99 – DISTRITO FEDERAL

Programa: 6207 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2013	3467	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	99 – DISTRITO FEDERAL

Programa: 6210 – MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2013	3122	CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO VETERINÁRIO	19 - CANDANGOLÂNDIA

Programa: 6211 – GARANTIA DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2014	3187	AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ACOlhIMENTO (UACS)	01 – PLANO PILOTO 03 – TAGUATINGA

Programa: 6213 - SANEAMENTO

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2013-15	3662	INSTALAÇÃO DE HIDRÔMETROS EM LIGAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA	99 – DISTRITO FEDERAL
2013	5713	CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA	99 – DISTRITO FEDERAL

2013	5725	CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIOS	99 – DISTRITO FEDERAL
------	------	-----------------------------	-----------------------

Programa: 6214 – TRABALHO, EMPREGO E RENDA

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2012	2239	(EP) BOLSA DO MENOR APRENDIZ	99 – DISTRITO FEDERAL

Programa: 6215 – TRÂNSITO SEGURO

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2012-15	1471	MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	99 – DISTRITO FEDERAL
2012-15	2557	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	99 – DISTRITO FEDERAL

Programa: 6216 – TRANSPORTE INTEGRADO E MOBILIDADE

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2012-13	3023	PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	09 - CEILÂNDIA
2014	5002	REFORMA DAS EDIFICAÇÕES DO SISTEMA METROVIÁRIO	99 – DISTRITO FEDERAL

Programa: 6217 – SEGURANÇA PÚBLICA

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2012-15	2557	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	99 – DISTRITO FEDERAL
2013	3467	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	99 – DISTRITO FEDERAL

Programa: 6219 - CULTURA

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2013-15	2396	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	99 – DISTRITO FEDERAL
2013-15	3467	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	99 – DISTRITO FEDERAL

Programa: 6220 – EDUCAÇÃO SUPERIOR

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2012-15	1471	MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	99 – DISTRITO FEDERAL
2012-15	2557	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	99 – DISTRITO FEDERAL

Programa: 6221 – EDUCAÇÃO BÁSICA

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2013-15	1745	CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	99 – DISTRITO FEDERAL
2013-15	1968	ELABORAÇÃO DE PROJETOS	99 – DISTRITO FEDERAL
2014-15	3023	PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC	99 – DISTRITO FEDERAL
2013-15	3178	REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	99 – DISTRITO FEDERAL

Programa: 6222 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2012-15	1471	MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	99 – DISTRITO FEDERAL
2012-15	2557	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	99 – DISTRITO FEDERAL

Programa: 6223 – DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA E ATENÇÃO À JUVENTUDE

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2012-15	1471	MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	99 – DISTRITO FEDERAL

Programa: 6224 – ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2013-15	4138	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SERVIÇOS SOCIAIS	99 – DISTRITO FEDERAL

Programa: 6227 – GARANTIA DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2014	3196	REFORMA DE RESTAURANTE COMUNITÁRIO	02 – GAMA 14 – SÃO SEBASTIÃO 26 – SOBRADINHO 28 – ITAPOÃ 99 – DISTRITO FEDERAL

Programa: 6230 – TURISMO

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2012-15	1471	MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	01 – PLANO PILOTO
2013-15	4091	APOIO A PROJETOS	99 – DISTRITO FEDERAL

TABELA III – ALTERAÇÃO DE PRODUTO**Programa:** 6201 – AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

ANO	CODIGO	AÇÃO	PRODUTO
2013-15	4046	DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS RURAIS	DE: CAPACITAÇÃO REALIZADA PARA: PESSOA CAPACITADA
2013-15	4107	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E INOVAÇÃO DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA	DE: CAPACITAÇÃO REALIZADA PARA: PESSOA CAPACITADA

Programa: 6202 – APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

ANO	CODIGO	AÇÃO	PRODUTO
2013-15	4068	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	DE: AÇÃO REALIZADA PARA: PESSOA ATENDIDA
2013-15	4216	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS	DE: PESSOA ATENDIDA PARA: MEDICAMENTO DISTRIBUÍDO
2013-15	4225	DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	DE: PESSOA ATENDIDA PARA: CONSULTA REALIZADA

Programa: 6208 – DESENVOLVIMENTO URBANO

ANO	CODIGO	AÇÃO	PRODUTO
2013-15	1085	AQUISIÇÃO E RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS	DE: BENFEITORIA INDENIZADA PARA: IMÓVEL RECUPERADO

TABELA IV – INCLUSÃO DE REGIONALIZAÇÃO

* As ações relacionadas nesta tabela encontram-se detalhadas no Anexo III

Programa: 0150 – BRASÍLIA SUSTENTÁVEL

ANO	CÓDIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2012	1294	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE INCLUSÃO SOCIAL - BRASÍLIA SUSTENTÁVEL	25 - SCIA

Programa: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANO	CÓDIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2012-15	2557	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	01 – PLANO PILOTO

2013-15	4088	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	29 - SIA
---------	------	---------------------------	----------

Programa: 6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – GESTÃO PÚBLICA

ANO	CÓDIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2012 -15	1471	MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	02 A 31
2013	1984	CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	13 – SANTA MARIA
2013-15	1984	CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	21 – RIACHO FUNDO II 30 – VICENTE PIRES
2012 -15	2557	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	02 A 31 95 – DF ENTORNO
2012- 15	3903	REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	08 – NÚCLEO BANDEIRANTE
2013-15	3903	REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	19 - CANDANGOLÂNDIA 21 – RIACHO FUNDO II 30 – VICENTE PIRES
2013-15	4088	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	19 - CANDANGOLÂNDIA
2012-15	8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	10 – GUARÁ 16 – LAGO SUL 19 – CANDANGOLÂNDIA 20 – ÁGUAS CLARAS
2013-15	8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	31 - FERCAL
2012-15	8504	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	10 – GUARÁ 16 – LAGO SUL 19 – CANDANGOLÂNDIA 20 – ÁGUAS CLARAS
2013-15	8504	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	31 - FERCAL
2013-15	8517	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	31 - FERCAL

Programa: 6004 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

ANO	CÓDIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2012-15	1471	MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	10 – GUARÁ
2013-15	1471	MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	20 – ÁGUAS CLARAS
2013	3903	REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	10 - GUARÁ

Programa: 6006 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – MEIO AMBIENTE

ANO	CÓDIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2013-15	1984	CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	16 – LAGO SUL 19 - CANDANGOLÂNDIA
2012-15	2557	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	16 – LAGO SUL
2012-13	3903	REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	99 – DISTRITO FEDERAL

Programa: 6010 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – TRANSPORTE

ANO	CÓDIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2013-15	1471	MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	01 – PLANO PILOTO
2012-15	1471	MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	20 – ÁGUAS CLARAS
2012-15	2557	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	20 – ÁGUAS CLARAS

Programa: 6201 – AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

ANO	CÓDIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2012-13	3100	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO	99 – DISTRITO FEDERAL

Programa: 6206 – ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS

ANO	CÓDIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2012-15	1745	CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	16-LAGO SUL
2012	3440	REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	15 – RECANTO DAS EMAS
2013-15	3596	IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA ESPORTIVA	12 - SAMAMBAIA
2012-15	3678	REALIZAÇÃO DE EVENTOS	06 - PLANALTINA 19 – CANDANGOLÂNDIA 24 – PARK WAY
2013-15	3678	REALIZAÇÃO DE EVENTOS	31 - FERCAL

Programa: 6207 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANO	CÓDIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2013-15	5011	IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E INTEGRAÇÃO DA RIDE	95 – DF E ENTORNO

Programa: 6208 – DESENVOLVIMENTO URBANO

ANO	CÓDIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2012-13	1101	IMPLANTAÇÃO DE VIAS E OBRAS COMPLEMENTARES DE URBANIZAÇÃO	03 – TAGUATINGA
2013-15	1110	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	31 - FERCAL
2013	3938	REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS	99 – DISTRITO FEDERAL
2013	3941	REVITALIZAÇÃO DE EDIFICAÇÕES	99 – DISTRITO FEDERAL
2012-15	8508	MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	19 – CANDANGOLÂNDIA 28 – ITAPOÃ
2013-15	8508	MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	31 - FERCAL

Programa: 6209 – ENERGIA

ANO	CÓDIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2012-15	1763	AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	11 – CRUZEIRO 31 - FERCAL
2012-15	1836	AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	31 – FERCAL 99 – DISTRITO FEDERAL

Programa: 6210- MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2012-15	1020	(EP) IMPLANTAÇÃO DE PARQUE ECOLÓGICO	16 – LAGO SUL
2012-13	5183	REVITALIZAÇÃO DE PARQUES	17 – RIACHO FUNDO 18 – LAGO NORTE
2012-15	5183	REVITALIZAÇÃO DE PARQUES	04 – BRAZLÂNDIA 16 – LAGO SUL

Programa: 6211 – GARANTIA DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANO	CÓDIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2012	1235	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS	06 - PLANALTINA
2013	1235	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS	15 – RECANTO DAS EMAS
2014	1235	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS	02 – GAMA
2013	1237	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO SUAS	15 – RECANTO DAS EMAS

			20 – ÁGUAS CLARAS 23 - VARJÃO
2014	1237	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO SUAS	13 – SANTA MARIA 14 – SÃO SEBASTIÃO
2013-14	1237	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO SUAS	99 – DISTRITO FEDERAL
2013	1583	REFORMA DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	01 – PLANO PILOTO 04 – BRAZLÂNDIA 09 – CEILÂNDIA 25 - SCIA
2014	1583	REFORMA DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	03 – TAGUATINGA 05 – SOBRADINHO 06 – PLANALTINA 07 – PARANOÁ 08 – NÚCLEO BANDEIRANTE 13 – SANTA MARIA 15 – RECANTO DAS EMAS
2013-14	1583	REFORMA DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	99 – DISTRITO FEDERAL
2012-15	2094	PROMOÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMUNITÁRIA	31 - FERCAL 99 – DISTRITO FEDERAL
2013	3184	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	07 – PARANOÁ 09 – CEILÂNDIA 14 – SÃO SEBASTIÃO 15 – RECANTO DAS EMAS 23 - VARJÃO
2014	3184	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	03 – TAGUATINGA 12 – SAMABAIA 21 – RIACHO FUNDO II 28 - ITAPOÃ
2013-14	3184	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	99 – DISTRITO FEDERAL
2013	3185	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (CRE POP)	03 – TAGUATINGA 08 – NÚCLEO BANDEIRANTE
2013-14	3185	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (CRE POP)	99 – DISTRITO FEDERAL
2013	3186	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ACOLHIMENTO - UACS	09 – CEILÂNDIA
2014	3186	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ACOLHIMENTO - UACS	02 – GAMA

			04 – BRAZLÂNDIA 05 – SOBRADINHO 06 – PLANALTINA 07 – PARANOÁ 08 – NÚCLEO BANDEIRANTE 12 – SAMAMBAIA 13 – SANTA MARIA 15 – RECANTO DAS EMAS 17 – RIACHO FUNDO 25 – SCIA 99 – DISTRITO FEDERAL
2013-14	3186	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ACOLHIMENTO – UACS	14 – SÃO SEBASTIÃO
2014	3188	REFORMA DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)	03 – TAGUATINGA 04 – BRAZLÂNDIA 05 – SOBRADINHO 06 – PLANALTINA 25 – SCIA
2013-14	3188	REFORMA DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)	99 – DISTRITO FEDERAL
2013-14	3189	REFORMA DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (CRE POP)	99 – DISTRITO FEDERAL
2013	3190	REFORMA DE UNIDADES DE ACOLHIMENTO (UACS)	03 – TAGUATINGA 20 – ÁGUAS CLARAS
2014	3190	REFORMA DE UNIDADES DE ACOLHIMENTO (UACS)	01 – PLANO PILOTO
2013-14	3190	REFORMA DE UNIDADES DE ACOLHIMENTO (UACS)	99 – DISTRITO FEDERAL
2013	3192	REFORMA DE CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS	04 – BRAZLÂNDIA
2014	3192	REFORMA DE CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS	01 – PLANO PILOTO 03 – TAGUATINGA 05 – SOBRADINHO 06 – PLANALTINA 07 – PARANOÁ 08 – NÚCLEO BANDEIRANTE 10 – GUARÁ 12 – SAMAMBAIA 13 – SANTA MARIA 14 – SÃO SEBASTIÃO 17 – RIACHO FUNDO

			19 – CANDANGOLÂNDIA 21 – RIACHO FUNDO II 23 – VARJÃO 25 – SCIA 26 – SOBRADINHO II 28 – ITAPOÃ
2013-14	3192	REFORMA DE CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS	99 – DISTRITO FEDERAL

Programa: 6216 – TRANSPORTE INTEGRADO E MOBILIDADE

ANO	CÓDIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2012	3179	CONSTRUÇÃO DE BAIAS PARA ÔNIBUS	12 - SAMAMBAIA
2012-14	3711	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	20 – ÁGUAS CLARAS
2012	5071	CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTOS	13 – SANTA MARIA

Programa: 6219 - CULTURA

ANO	CÓDIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2012-15	3678	REALIZAÇÃO DE EVENTOS	16 – LAGO SUL 19 - CANDANGOLÂNDIA
2013-15	3678	REALIZAÇÃO DE EVENTOS	28 - ITAPOÃ 30 – VICENTE PIRES 31 -FERCAL

Programa: 6221 – EDUCAÇÃO BÁSICA

ANO	CÓDIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2013	3023	PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC	99 – DISTRITO FEDERAL
2013	3271	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	15 – RECANTO DAS EMAS

Programa: 6222 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

ANO	CÓDIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2012-15	2426	REINTEGRA CIDADÃO	05 – SOBRADINHO 06 - PLANALTINA

			20 – ÁGUAS CLARAS
2013-15	2426	REINTEGRA CIDADÃO	30 – VICENTE PIRES 31 - FERCAL

Programa: 6227 – GARANTIA DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

ANO	CÓDIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2012-13	3195	CONSTRUÇÃO DE COZINHA COMUNITÁRIA	01 – PLANO PILOTO
2013	3195	CONSTRUÇÃO DE COZINHA COMUNITÁRIA	03 - TAGUATINGA
2013-14	3195	CONSTRUÇÃO DE COZINHA COMUNITÁRIA	23 – VARJÃO 99 –DISTRITO FEDERAL
2014	3195	CONSTRUÇÃO DE COZINHA COMUNITÁRIA	06 – PLANALTINA 28 – ITAPOÃ 29 –S I A
2013	3196	REFORMA DE RESTAURANTE COMUNITÁRIO	06 – PLANALTINA 09 – CEILÂNDIA 12 – SAMAMBAIA 15 – RECANTO DAS EMAS
2013	3196	REFORMA DE RESTAURANTE COMUNITÁRIO	99 – DISTRITO FEDERAL
2013	5762	CONSTRUÇÃO DE RESTAURANTE COMUNITÁRIO	07 – PARANOÁ 09 -CEILÂNDIA
2014	5762	CONSTRUÇÃO DE RESTAURANTE COMUNITÁRIO	13 – SANTA MARIA

TABELA V – EXCLUSÃO DE AÇÕES

Programa: 6210 – MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

ANO	CÓDIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE CAPITAL – TESOURO
2012	1145	(EP) IMPLANTAÇÃO DE PARQUE ECOLÓGICO	14 – SÃO SEBASTIÃO	1.000.000
2013	1145	(EP) IMPLANTAÇÃO DE PARQUE ECOLÓGICO	14 – SÃO SEBASTIÃO	1.000.000
2014	1145	(EP) IMPLANTAÇÃO DE PARQUE ECOLÓGICO	14 – SÃO SEBASTIÃO	500.000
2015	1145	(EP) IMPLANTAÇÃO DE PARQUE ECOLÓGICO	14 – SÃO SEBASTIÃO	500.000

Obs: Ação idêntica à já existente com o mesmo descritor “1020 – (EP) Implantação de Parque Ecológico”.

Programa: 6229 – EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES

ANO	CÓDIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE CAPITAL – TESOURO
2013	3228	IMPLANTAÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA MULHER	99 – DISTRITO FEDERAL	109.841
2014	3228	IMPLANTAÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA MULHER	99 – DISTRITO FEDERAL	119.506
2015	3228	IMPLANTAÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA MULHER	99 – DISTRITO FEDERAL	129.565

TABELA VI – EXCLUSÃO DE REGIONALIZAÇÃO

Programa: 6221 – EDUCAÇÃO BÁSICA

ANO	CÓDIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE CAPITAL
2012	5023	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO	09 – CEILÂNDIA	170.000
2013	5023	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO	09 – CEILÂNDIA	170.000
2014	5023	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO	09 – CEILÂNDIA	170.000

ANO	CÓDIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE CAPITAL
2012	5023	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO	12 – SAMAMBAIA	170.000
2013	5023	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO	12 – SAMAMBAIA	170.000
2014	5023	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO	12 – SAMAMBAIA	170.000

ANO	CÓDIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE CAPITAL
2012	5023	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO	14 – SÃO SEBASTIÃO	170.000
2013	5023	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO	14 – SÃO SEBASTIÃO	170.000
2014	5023	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO	14 – SÃO SEBASTIÃO	170.000

ANO	CÓDIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE CAPITAL
2012	5023	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO	15 – RECANTO DAS EMAS	170.000
2013	5023	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO	15 – RECANTO DAS EMAS	170.000
2014	5023	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO	15 – RECANTO DAS EMAS	170.000

TABELA VII – ALTERAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
Programa: 6005 – PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – LEGISLATIVO

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO	QUANTIDADE	DESPESAS CORRENTES – TESOURO	DESPESAS DE CAPITAL – TESOURO
2013	3903	REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	01 – PLANO PILOTO	DE: 15.810 PARA: 15.810	DE: 166.357 PARA: 200.000	DE: 316.849 PARA: 14.000.000
2014	3903	REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	01 – PLANO PILOTO	DE: 15.810 PARA: 15.810	DE: 165.478 PARA: 200.000	DE: 426.807 PARA: 6.000.000
2015	3903	REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	01 – PLANO PILOTO	DE: 15.810 PARA: 15.810	DE: 163.987 PARA: 200.000	DE: 388.695 PARA: 6.000.000

Programa: 6010 – PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - TRANSPORTE

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO	QUANTIDADE	DESPESAS DE CAPITAL – TESOURO
2013	3903	REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	20 – ÁGUAS CLARAS	DE: 554 PARA: 142	DE: 3.500.000 PARA: 1.000.000

Programa: 6206 – ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPOTIVOS

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO	QUANTIDADE	DESPESAS DE CAPITAL – TESOURO
2013	4035	MANUTENÇÃO DE CENTROS ESPORTIVOS – VILAS OLÍMPICAS	99 – DISTRITO FEDETAL	DE: 13 PARA: 13	DE: 25.500.000 PARA: 23.050.000
2014	4035	MANUTENÇÃO DE CENTROS ESPORTIVOS – VILAS OLÍMPICAS	99 – DISTRITO FEDETAL	DE: 13 PARA: 13	DE: 25.912.045 PARA: 23.462.045
2015	4035	MANUTENÇÃO DE CENTROS ESPORTIVOS – VILAS OLÍMPICAS	99 – DISTRITO FEDETAL	DE: 13 PARA: 13	DE: 27.100.000 PARA: 24.650.000

Programa: 6216 – TRANSPORTE INTEGRADO E MOBILIDADE

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO	QUANTIDADE	DESPESAS DE CAPITAL - TESOURO
2013	3014	IMPLANTAÇÃO DO METRÔ- LEVE – VLT	01 – PLANO PILOTO	DE: 8 PARA: 8	DE: 12.140.070 PARA: 100.000.000

2014	3014	IMPLANTAÇÃO DO METRÔ- LEVE – VLT	01 – PLANO PILOTO	DE: 7 PARA: 8	DE: 89.002.000 PARA: 150.000.000
------	------	----------------------------------	-------------------	--------------------------------	--

Programa: 6216 – TRANSPORTE INTEGRADO E MOBILIDADE

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO	QUANTIDADE	DESPESAS DE CAPITAL - TESOURO
2013	3126	IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE	99 – DISTRITO FEDERAL	DE: 4 PARA: 4	DE: 14.979.029 PARA: 25.979.029

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO	QUANTIDADE	DESPESAS DE CAPITAL – TESOURO
2013	5002	REFORMA DAS EDIFICAÇÕES DO SISTEMA METROVIÁRIO	99 – DISTRITO FEDERAL	DE: 412 PARA: 1.537	DE: 3.500.000 PARA: 4.850.000

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO	QUANTIDADE	DESPESAS DE CAPITAL - TESOURO
2013	5071	CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTOS	99 – DISTRITO FEDERAL	DE: 1.000 PARA: 3.750	DE: 140.000 PARA: 420.000
2014	5071	CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTOS	99 – DISTRITO FEDERAL	DE: 1.000 PARA: 1.500	DE: 140.000 PARA: 4.210.000
2015	5071	CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTOS	99 – DISTRITO FEDERAL	DE: 1.000 PARA: 1.500	DE: 140.000 PARA: 4.210.000

Programa: 6220 – EDUCAÇÃO SUPERIOR

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO	QUANTIDADE	DESPESAS CORRENTES - TESOURO
2012	4089	CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	01 – PLANO PILOTO	DE: 3.000 PARA: 240	DE: 700.000 PARA: 251.510
2013	4089	CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	01 – PLANO PILOTO	DE: 3.000 PARA: 60	DE: 700.000 PARA: 35.916

TABELA VIII – ALTERAÇÃO DE DESCRITOR DE AÇÃO**Programa:** 6223 – DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E ATENÇÃO À JUVENTUDE

ANO	CODIGO	AÇÃO	REGIONALIZAÇÃO
2013-15	2205	DE: (EP) COMBATE À PROSTITUIÇÃO INFANTIL PARA: COMBATE À EXPLORAÇÃO SEXUAL À CRIANÇA E ADOLESCENTE	99 – DISTRITO FEDERAL

A N E X O III

DETALHAMENTO DE PROGRAMAS E AÇÕES